

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

MARIA DULCE DOS SANTOS

**PROJETO “HORA DO CONTO”: UM ESTUDO DE CASO ACERCA
DA AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2013**

MARIA DULCE DOS SANTOS

**PROJETO “HORA DO CONTO”: UM ESTUDO DE CASO ACERCA
DA AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Núcleo de Biblioteconomia e Documentação, da
Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Profa. Ma. Glêyse Santos Santana

Co-orientador: Prof. Me. Júlio César Rocha da
Silva

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2013**

S237p Santos, Maria Dulce dos
Projeto “Hora do Conto”: um estudo de caso acerca
da ação cultural bibliotecária / Maria Dulce dos Santos;
orientadora Glêyse Santos Santana. – São Cristóvão,
2014.
80 f. : il.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso –
Biblioteconomia) – Universidade Federal de Sergipe.

1. Biblioteconomia. 2. Contação de histórias. 3.
Leitura. 4. Leitores – Formação. 5. Bibliotecas – Ação
cultural. I. Título II. Santana, Glêyse Santos, orient.

CDU: 021.4

**PROJETO “HORA DO CONTO”: UM ESTUDO DE CASO ACERCA DA
AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA**

MARIA DULCE DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Núcleo de Biblioteconomia e Documentação, da
Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito
para obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Nota: _____

Data de Apresentação: 27/02/2014

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Glêyse Santos Santana
(Orientadora)

Profa. Dra. Telma de Carvalho
(Membro Convidado – Interno)

Profa. Ma. Roseane Guedes
(Membro Convidado – Externo)

À minha mãe, Maria São José, e à minha filha,
Ana Cláudia, as maiores preciosidades de
minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em todos os momentos me foi fiel, fazendo-se presentes no decorrer de toda a minha caminhada, concedendo-me saúde, paz, paciência, vontade, discernimento e coragem para enfrentar e vencer os momentos de dificuldades.

Ao meu pai, *in memoriam*, e a minha mãe, por terem me dado o exemplo da honestidade e da justiça.

Aos meus irmãos, companheiros de experiências nessa jornada.

Aos meus familiares, pelo apoio em todos os momentos, permitindo-me chegar até aqui.

Aos meus amigos, principalmente àqueles que, juntos, estiveram presentes e compartilhando essa caminhada.

Aos meus colegas de curso, pela colaboração no dia-a-dia.

Aos meus professores, por acreditarem em minhas possibilidades, acompanhando-me e incentivando-me durante todo o curso, em especial, à minha orientadora, professora mestra Glêyse Santana, pela paciência, dedicação e rigor com que tratou o meu trabalho.

A DIPROT (Divisão de Processamento Técnico) da Biblioteca Central da UFS, pelos ensinamentos que me passaram especialmente a Elaine, Jandira, Cristina, Nelma e Sr. Luis, bibliotecários que contribuíram para o meu aprendizado nesses setores. Aos técnicos e bolsistas como Norma, Priscila enfim todos que me ajudaram.

A Dona Rosa Vieira diretora na época, o meu muito obrigado.

A biblioteca Clodomir Silva que facilitou meu trabalho, colaborando com tudo que precisei em especial a diretora Fátima Góes e a Maria José Andrade, que me ajudaram e incentivaram a todos desta instituição, meu muito obrigado!

A meu ex-cunhado, José Roberto, pelas sugestões, revisões e formatação.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

O CONTADOR DE HISTÓRIAS

- Conta-me uma história – pedia-lhe a moça.

- Tenho de pensar! – respondia-lhe.

Ora, acontecia que, por vezes, o tempo que levava em sua meditação era longo demais para ela, que se zangava. Mas ele balançava a cabeça e respondia impassível:

- Você deve ter um pouco mais de paciência.

Uma boa história é como uma boa montaria. A caça brava fica escondida e é preciso armar emboscadas e ficar de tocaia horas e horas a fio, na boca dos precipícios e florestas. Os caçadores mais apressados e impetuosos afugentam a caça e nunca obtêm os melhores exemplares. Deixa-me, pois, pensar!

Mas, desde que tivesse meditado o tempo bastante e começasse a falar, não parava enquanto não tivesse contado a história completa, que corria ininterrupta e fluente como um rio descendo montanha abaixo e em cujas águas tudo se reflete – desde a pequena folha de grama até o azul da abóbada celeste(...).

Convertia-se num ser todo-poderoso assim que iniciava mais uma demonstração de sua arte, pois aprendera a arte de narrar no Oriente, onde essa função é altamente apreciada e seus praticantes são considerados uma espécie de magos.

Jamais começava suas histórias em países estranhos, para onde o espírito do ouvinte não podia voar com força própria.

Principiava sempre com algo que os olhos pudessem ver; depois, imperceptivelmente, levava a imaginação dos ouvintes para onde muito bem ele queria de modo que a narrativa transcorria com naturalidade.

Quem o escutava absorto em suas palavras, embora continuasse tranquilamente sentado, o espírito já vagava. Alegre e receoso, pelas regiões mais fascinantes. Assim era a maneira de ele contar suas histórias.

Herman Hesse

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada *Projeto “Hora do conto”: um estudo de caso acerca da ação cultural bibliotecária*, tem o objetivo de apresentar a contação de histórias como recurso de incentivo à leitura, estabelecido através da ação cultural bibliotecária. Para tanto, a partir das experiências vivenciadas pela autora, como contadora de histórias, no Projeto “*Hora do Conto*”, desenvolvido pela Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, localizada no Bairro Siqueira Campos, em Aracaju/SE, buscou-se demonstrar a sua importância para a formação de leitores, além de possibilitar a construção de outras habilidades, uma vez que, o ato de contar histórias, além de atividade lúdica, amplia a imaginação e ajuda a criança a organizar a fala e a escrita, através da coerência e da realidade, instigando o prazer pela leitura. Em termos metodológicos, utilizou-se da pesquisa exploratória, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema em questão, com vistas a torná-lo mais explícito, e da pesquisa-ação, a qual possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de forma crítica e reflexiva. O estudo permitiu chegar à conclusão de que o prazer pela leitura deve ser instigado desde a mais tenra idade, fazendo-se necessário associar esta prática às atividades lúdicas, a fim de despertar nas crianças o prazer, o conhecimento e o estímulo para a ação. Nesse contexto, o papel do bibliotecário, como contador de história, constitui-se em um importante recurso, pois é possível, através da contação de histórias, estabelecer um vínculo de prazer ao ato de ler, proporcionando a constituição de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreenderem-se a si e ao mundo.

Palavras-chave: Contação de histórias. Leitura. Formação do leitor. Ação cultural bibliotecária.

ABSTRACT

This research project titled “Tale Time”: a case study about the librarian cultural action, aims to introduce storytelling as a resource to encourage reading, librarian established through cultural action. To do so, from the experiences lived by the author as storyteller, the Project “Story Time”, developed by the Municipal Public Library Clodomir Silva, located in District Siqueira Campos in Aracaju/SE, we sought to demonstrate its importance for the training of readers, besides enabling the construction of other skills, since the act of storytelling, and play activity, enlarges the imagination and helps children to organize speech and writing, through consistency and reality instigating the pleasure of reading. In methodological terms, we used the exploratory research, aimed at providing greater familiarity with the problem in question, in order to make it more explicit, and action research, which enables participants to conditions to investigate their own practice in order critical and reflective. The study allowed us to reach the conclusion that the pleasure of reading should be instigated at an early age, making it necessary to associate this practice with fun activities to help the children pleasure, knowledge and spur to action. In this context, the role of the librarian as a storyteller, it constitutes an important feature as it is possible, through storytelling, establishing a relationship of pleasure to the act of reading, providing the establishment of critical and reflective subjects able to understand yourself and the world.

Keywords: Storytelling. Reading. Reader’s development. Cultural action librarian.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO	10
SEÇÃO 2 A BIBLIOTECA E SUAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES	13
2.1 Aspectos Etimológicos	13
2.2 Os Tipos de Bibliotecas	15
2.3 A Biblioteca como Órgão Promotor de Ações Culturais	18
SEÇÃO 3 LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS	22
3.1 A Leitura	22
3.1.1 A leitura no Brasil	24
3.1.2 O despertar do interesse pela leitura	26
3.1.3 Estímulos ao ato da leitura	27
3.1.4 O papel da família na leitura	28
3.2 A Contação de História	30
3.2.1 As atividades lúdicas	30
3.2.2 A arte de contar histórias	31
SEÇÃO 4 AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA E O PROJETO “HORA DO CONTO”	38
4.1 Cultura: breves apontamentos	38
4.2 Ação Cultural	41
4.3 Ação Cultural Bibliotecária	45
4.4 O Bibliotecário como Agente Cultural	47
4.5 O Projeto A “Hora do Conto”	50
4.5.1 O local de realização	51
4.5.2 A descrição do projeto	52
4.5.3 Entrevistas realizadas	54
4.5.4 Percepção da autora e análise das entrevistas	56
4.5.5 Outros projetos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva ..	58

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	66

SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a necessidade de formação de leitores é um assunto de extrema urgência, pois só assim será possível formar cidadãos críticos e capazes de distinguir os anseios e mudanças almejados pelo homem. Contudo, para que se possa criar subsídios para sanar esse grave problema educacional, o primeiro passo é dissociar a atividade de leitura como algo ruim ou aplicada como forma de castigo. Neste contexto, é preciso que existam práticas de incentivo à formação de leitores.

Essas práticas devem ser desenvolvidas e incentivadas conjuntamente, desde a mais tenra idade, pela família, pela escola e pela biblioteca pública. Em se tratando da família, os pais devem incentivar os seus filhos a ter o hábito de ler, bem como pôr em prática diariamente o contar histórias, fazendo com que eles tenham um profundo gosto pelo mundo dos livros. Já a escola tem o papel primordial de oferecer o gosto pelos livros, também em sua prática diária, formando leitores dentro de um ambiente de ensino, numa relação mútua entre professores e alunos. Por fim, à biblioteca pública cabe o papel de formar leitores dentro de seu espaço, uma vez que nela estão armazenados os suportes de informações e conhecimento – os livros. Somente desta forma, será possível estabelecer um vínculo de prazer ao ato de ler.

Assim sendo, o objetivo deste estudo é apresentar a contação de histórias como recurso de incentivo à leitura, estabelecido através da ação cultural bibliotecária. Nele, discorrer-se-á sobre o Projeto “*Hora do Conto*”, desenvolvido pela Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, localizada no Bairro Siqueira Campos, em Aracaju/SE, sob a orientação da bibliotecária Ivany Braz, buscando demonstrar a sua contribuição para a formação de leitores, além de possibilitar a construção de outras habilidades, pois o ato de contar histórias, além de atividade lúdica, amplia a imaginação e ajuda a criança a organizar sua fala e escrita, através da coerência e da realidade, instigando o prazer pela leitura.

Em termos metodológicos, para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas a pesquisa exploratória, a qual, segundo Gil (2002, p. 83), tem “[...] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”, assim como a pesquisa ação, que “[...] é um tipo de pesquisa centrada na questão do agir”, e ainda, a pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 65), “[...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existente sobre um determinado assunto, tema ou problema”.

Para um maior esclarecimento a respeito do Projeto “Hora do Conto”, dentre os diversos métodos de coleta de dados, optou-se pela entrevista estruturada, cujos roteiros encontram-se nos Anexos, a partir das quais foi possível saber a opinião da direção da Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva. Segundo Gil (2002, p. 117), a entrevista “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam na investigação”. A análise dos dados, por sua vez, se realizou de forma essencialmente qualitativa.

A razão da escolha pela temática deve-se as reflexões surgidas em torno do papel do bibliotecário enquanto agente cultural, assim como, da ação cultural bibliotecária; reflexões estas surgidas durante meu envolvimento como “contadora de histórias” no projeto acima citado, bem como por perceber a necessidade e a importância da formação de leitores críticos para o desenvolvimento da educação em nosso estado e porque não dizer no Brasil.

Esta pesquisa justifica-se ainda na medida em que a contação de histórias é um subsídio para educadores que pretendam motivar e transformar o ato de ler em um momento de prazer, bem como para a formação de todo e qualquer indivíduo, pois a leitura, sem sombra de dúvidas, é um dos condicionantes do crescimento intelectual.

Neste contexto, no estudo em questão, será apontada como é desenvolvida e trabalhada esta atividade a partir da Biblioteca Pública Clodomir Silva, com base no Projeto “Hora do Conto”, que tem como foco a contação de histórias para o público infanto-juvenil, ação cultural bibliotecária que acontece semanalmente, às terças e quintas-feiras.

Em termos organizacionais, este estudo monográfico está dividido em quatro seções:

A primeira é a *Introdução*, onde se mostra a importância da necessidade de formação de leitores no Brasil e o papel da escola, da família e da biblioteca para o desenvolvimento dessa prática entre as crianças. Em seguida, são descritos os objetivos, a metodologia e a razão da escolha do tema.

A segunda, intitulada *A Biblioteca e suas múltiplas funções*, caracteriza a biblioteca de um modo em geral, apresentando sua conceituação, suas funções, seus usuários e suas tipologias. Para dar sustentação a esses apontamentos, utilizou-se como marco teórico os estudos de Ferreira (2004), Cunha (1997), Bellei (2002), Baratin e Jacob (1995), SNBP (2014), Antunes *et al* (2000), Stavis, Koch e Drabik (2001), Battles (2003), Unesco (1994), FBN (2000), Martins (2002), Silveira (2007).

A terceira, denominada *Leitura e contação de histórias*, tece algumas considerações sobre a leitura em seus aspectos etimológicos e conceituais, a leitura no Brasil, o despertar e o

estímulo para essa prática, bem como o papel da família na formação de leitores; em seguida, mostra o significado de contação de histórias, enfocando temas relacionados, como atividades lúdicas, a arte de contar histórias através dos tempos e no Brasil. Este momento do texto se consolida tendo por base o olhar interpretativo de autores como Houaiss (2001), Moraes (1996), Gregolim (1996), Instituto Pró-Livro (2011), Freire (1976), Machado (2001), Andrade (1990), Ferreira e Palácio (1987), Flores (1994), Knobel (1972), Wallon (1999), Winnicott (1975), Machado (2003), Cheola (2006), Cavalcanti (2002), Aguiar (2013), Sisto (2005), Moraes (2006), Coelho (2003), Bello (2004), Ramos (2011), Busatto (2003), Abromovich (1995).

A quarta – *Ação cultural bibliotecária e o Projeto “Hora do Conto”* –, no primeiro momento, foca a ação cultural bibliotecária, os conceitos de cultura, além de mostrar o papel do bibliotecário como agente cultural; no segundo momento, trata do Projeto “Hora do Conto”, descrevendo o local de realização, a descrição do projeto, a análise das entrevistas realizadas com uma das idealizadoras do projeto e a direção da biblioteca, bem como as percepções pessoais da acadêmica em relação ao projeto em si, ante sua experiência como contadora de histórias da Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, onde realiza estágio. É importante mencionar que esta fase das discussões foi respaldada teoricamente pelos estudos de Da Matta (1986), Geertz (1989), Santos (2006), Bosi (1992), Marteleto (1992), Pereira (2002), Cabral (1999), Coelho Neto (2001), Flusser (1980), Almeida Júnior (2001), Milanesi (1997), Ribeiro e Cunha (2006), Silva (1991).

Por fim, na última seção – *Considerações finais* –, serão apresentadas as conclusões a que autora chegou a respeito do estudo, em especial, no que se refere ao Projeto “Hora do Conto”, mostrando aspectos positivos e negativos, apontando questões essenciais e de caráter imediatistas, a fim de que se desenvolva na biblioteca em foco uma verdadeira ação cultural bibliotecária.

SEÇÃO 2 A BIBLIOTECA E SUAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES

Desde seus primórdios, as bibliotecas eram consideradas como um grande armazém de memória, um depósito de livros onde os documentos eram coletados e organizados de forma mecânica e colocados à disposição de uma elite, ficando sob a tutela da nobreza, do clero e da magistratura as informações. Em sua evolução, ela passou de um espaço físico bem delimitado para um espaço destinado a uma coleção de informações de quaisquer tipos, sejam escritas em folhas de papel (monografias, enciclopédias, dicionários, manuais, etc.) ou ainda digitalizadas e armazenadas em outros tipos de materiais, tais como cd's, fitas, VHS, DVD's e bancos de dados. Cada etapa da evolução das bibliotecas é acentuada por características próprias, verificando-se que a biblioteca tradicional é o embrião que deu origem às demais, portanto, cada uma é marcada pela tecnologia vigente da época.

2.1 Aspectos Etimológicos

O vocábulo biblioteca, de acordo com Ferreira (2004), é originado do grego *bibliothéke*, que quer dizer “o lugar onde se guardam os livros; 'estante' ou coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres organizados para estudo, leitura ou consulta; ou edifício ou recinto onde se instala essa coleção”.

A palavra chegou até nós pelo latim *bibliotheca*, derivado dos radicais gregos *biblio* – livro – e *teca* – coleção ou depósito (CUNHA, 1997, p. 71), significando “[...] coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para o estudo, leitura e consulta”. Etimologicamente, a palavra significa “depósito de livros” (MARTINS, 1997, p. 71).

No século XVII, de acordo com Antônio Houaiss (2001), a biblioteca passa a ser entendida como o “[...] edifício ou recinto onde ficam depositadas, ordenadas e catalogadas diversas coleções de livros, periódicos e outros documentos, que o público, sob certas condições, pode consultar no local ou levar de empréstimo para devolução posterior”.

Nos dias atuais, o sentido da palavra faz referência a qualquer compilação de dados registrados em muitas outras formas e não só em livros – microfilmes, revistas, gravações, slides, fitas magnéticas e de vídeo, entre outros materiais. O material mais recente é o livro eletrônico, *e-book*, criado por um intenso idealismo democratizante de acesso à informação e à leitura (BELLEI, 2002, p. 30).

Nessa construção etimológica, merece destacar ainda que o surgimento da biblioteca deveu-se à necessidade que os homens da Antiguidade tinham em registrar suas ideias, suas relações com outros homens e com o mundo ao seu redor. Seu acervo era composto por registros pictóricos e escritos feitos em osso, argila, metal, madeira, papiro, pergaminho, dentre outros. Dessa forma, desde então a biblioteca se configurou como mais que um espaço de depósito de livros: “É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira” (BARATIN; JACOB, 1995, p. 9).

Como instituição, a biblioteca é o cruzamento utópico entre o sonho extravagante de deter todo o saber produzido pela humanidade e as restrições técnicas e espaciais para a concretização desse idílio. É também o resultado claro e preciso das políticas de seleção, conservação e divulgação de textos, imagens e sons. Por fim, é um “desígnio intelectual, um projeto, um conceito imaterial que dá sentido e profundidade às práticas de leitura, de escrita e de interpretação” (BARATIN; JACOB, 1995, p. 10).

Além do livro, existem outras formas de se disseminar a informação, a cultura e o lazer. Estes três fatores não andam sozinhos, porém a biblioteca, como um veículo desses tipos de atividades, deve se tornar bastante atrativa, a fim de convidar o usuário a dedicar mais tempo do seu dia a novas descobertas e conhecimentos, através de atividades divertidas e inovadoras, como:

- **Jogos, brincadeiras, gincanas** – são atividades que ajudam no processo educacional e recreativo. Através destas, a biblioteca pode torna-se uma opção de lazer e não apenas um local onde se vai em busca de uma informação precisa;
- **Palestras, bate-papo com autores e debates** – podem também transmitir informações, papel geralmente designado ao livro, além de aproximar mais o usuário da biblioteca;
- **O teatro e o filme** – também são considerados como um instrumento do desenvolvimento cultural. Através destes, é possível conhecer histórias e costumes de outras épocas, além de desenvolver a capacidade de expressão e de compreensão dos textos combatendo a timidez e a inibição, tanto das pessoas que participam quanto das que assistem;
- **Apresentações de grupos locais, como repentistas, danças folclóricas regionais e bandas musicais** – são manifestações que também divulgam e valorizam a cultura popular;
- **Resumos de livros, sarau de poesia, exposições de quadros e de artesanatos, disputas esportivas, competição de pratos típicos** – são temas sobre os quais se podem

promover um concurso. Estes, por sua vez, estimulam a criatividade e incentiva a pesquisa e o interesse sobre algum tema;

- **Exposições sobre variados temas, como datas comemorativas, datas e fatos históricos do estado ou da cidade** – servem para promover a biblioteca e incentivar a participação da comunidade, assim como a pesquisa entre os seus usuários;

- **A hora do conto, assim como o teatro de fantoches** – são atividades geralmente dirigidas ao público infantil. Tem como objetivo aproximar a criança do livro; ajudar no enriquecimento do seu vocabulário; auxiliar na concentração e no aprendizado da escrita além de estimular a criatividade e imaginação. Por exemplo, a criação de um final diferente para a história contada ou apresentada, comentários, pinturas e desenhos sobre os personagens, entre outros.

Esses são, portanto, alguns exemplos de atividades que podem e devem ser desenvolvidas nas bibliotecas em geral, seja ela caracterizada como escolar, infantil, pública ou especializada, a fim de aproximar ainda mais a comunidade à sua cultura, através das práticas bibliotecárias. E é por meio destes exemplos que caracterizamos o quanto a biblioteca em si possibilita e permite o entrecruzamento entre sua função (guardião do legado cultural) e a ação cultural (atividades que envolvem produtos culturais que visam à formação e a conscientização da população).

2.2 Os Tipos de Bibliotecas

Como anteriormente aventado, a biblioteca deixou de ser um depósito da memória cultural da humanidade para tornar-se um organismo vivo de acesso à informação e ao conhecimento, devendo ser vista como um espaço de lazer, entretenimento, cultura e aprendizagem, tendo a função de servir a todos, sem distinção de cor, raça, classe social, profissão e idade.

Nos tempos atuais, contudo, torna-se cada vez mais um desafio fortalecer a presença da biblioteca em nosso país, onde a educação e a cultura são deixadas em segundo plano. Entretanto, a biblioteca é a peça-chave no processo educacional; ela possui o legado intelectual construído pelo gênero humano no decorrer da história e do presente e, justamente por isso, acaba tornando-se um agente cultural que tem como função primordial a mediação entre a educação e o conhecimento humano preservado.

Diante disso, sentiu-se a necessidade de a biblioteca se dividir, seja em razão das funções e serviços que oferecem, seja pela comunidade que atende ou pelo seu vínculo institucional, sempre com o intuito de atender a todos. Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP, 2014), é possível encontrar biblioteca pública, biblioteca públicas temática, biblioteca comunitária, ponto de leitura, biblioteca nacional, biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca especializada e biblioteca/centro de referência. Todas elas, contudo, podem ser caracterizadas como públicas ou privadas, isto é, são locais onde se disponibilizam informações, cultura e lazer a públicos específicos ou à população em geral. O que as distinguirá serão o foco de atuação e o acervo.

Ainda de acordo com o SNBP (2014), em 2013, o Brasil possui 5.976 bibliotecas públicas, assim distribuídas: 522 na região Norte, 1.812 na região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1.933 no Sudeste e 1.210 na região Sul. Levando em consideração as estimativas do IBGE para 2013 quanto ao número de habitantes no Brasil, de 201.396.714, o País possui uma média de 2,9 bibliotecas públicas por 100 mil habitantes.

A seguir, para um melhor entendimento, em linhas gerais, conforme classificação do SNBP (2014), serão caracterizadas cada tipo acima citado:

- **Biblioteca pública** – considerada um espaço cultural planejado, que tem o objetivo de estimular o hábito da leitura, bem como o autodesenvolvimento pessoal e social através de suas atividades culturais e informacionais, independentemente do nível de educação e da faixa etária dos indivíduos frequentadores, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos, tentando eliminar barreiras entre os indivíduos e os conhecimentos.

Além disso, no que diz respeito ao aspecto cultural, ela deve ser um dos principais centros da vida cultura, devendo promover uma maior fruição, prazer e apreciação de todas as artes, participando no encorajamento à utilização positiva do lazer e facultar meios de mudança e descontração.

A respeito desse tipo de biblioteca, Antunes *et al* (2000, p. 13) diz que: “A biblioteca pública é o centro local de informação e deve permitir o pronto acesso dos usuários a todo tipo de conhecimento, independente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou status social”.

- **Biblioteca pública temática** – são aquelas que se caracterizam como bibliotecas especializadas em uma determinada área/assunto. O ambiente configura-se de maneira a

representar a área/assunto em foco, assim como as coleções que compõe o seu acervo, os serviços que oferecem e a programação cultural;

- **Biblioteca comunitária** – é um espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro, criada e mantida pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado;

- **Ponto de leitura** – é um espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro, criado em comunidades, fábricas, hospitais, presídios e instituições em geral, em sua maioria sua criação conta com o apoio do Programa Mais Cultura;

- **Biblioteca Nacional** – sua função é reunir e preservar toda produção bibliográfica do país, a qual deve ser enviada para a Biblioteca Nacional, isto é garantido pela lei de Depósito Legal. No Brasil, a Biblioteca Nacional está sediada no Rio de Janeiro;

- **Biblioteca escolar** – está organizada com a finalidade de interagir com a equipe docente no desenvolvimento de atividades pedagógicas, facilitando, integrando e dinamizando o processo de ensino e aprendizagem. Busca a formação de cidadãos reflexivos, orientando professores e alunos para a pesquisa escolar e o prazer pela leitura. Localizada na unidade escolar, objetiva atender os interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalha em consonância com o projeto pedagógico da escola a qual está inserida. Atende prioritariamente alunos, professores, funcionários da unidade de ensino, podendo também ampliar sua ação para atender os familiares de alunos e a comunidade moradora do entorno. De acordo com Stavis *et al.* (2001, p. 36),

O objetivo da biblioteca escolar é incentivar e disseminar o gosto pela leitura junto a crianças, por meio do acervo organizado e integrado aos interesses da instituição, bem como da estrutura e funcionamento. A dificuldade maior dessa geração nascida na era da tecnologia avançada é o modo de consumo da cultura através de formas tão opostas como o livro e a TV, por exemplo. Além disso, a mobilidade física e mental da criança hoje requer inúmeras atividades que concorrem com o estudo e o gosto pela leitura.

Assim sendo, pode-se afirmar que, na biblioteca escolar, os alunos, desde o início de sua escolarização, são habilitados para localizar, selecionar e interpretar informações com criticidade, desenvolvendo sua autonomia na utilização de recursos informacionais.

- **Biblioteca universitária** – conceituadas tradicionalmente como bibliotecas de instituições de ensino superior, são destinadas a suprir as necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Seu acervo é constituído por documentos de caráter científico e técnico, englobando um mundo de informações sobre épocas, teorias, ciência, estilos literários, história, dentre outras áreas de conhecimento. De acordo com Fujila (2006, p. 1-2),

é “um sistema de informação que faz parte de um sistema mais amplo, que poderia ser chamado sistema de informação acadêmico, no qual, a geração de conhecimentos é o objeto da vida universitária”.

- **Biblioteca especializada** – Devido a grande produção de documentos, impressos ou em forma digital, tornou-se impossível a uma biblioteca geral ter uma boa coleção de informações sobre todos os temas. Diante disso, houve a necessidade de implantação das bibliotecas especializadas por áreas do conhecimento, as quais surgiram como uma consequência lógica do desenvolvimento que a ciência e a cultura tiveram desde a Revolução Industrial, principalmente desde a Revolução Tecnológica. As primeiras bibliotecas especializadas organizaram-se nas universidades, em departamentos especializados ou faculdades, iniciando a coleção de documentos relativos a cada área específica. Provavelmente, as primeiras bibliotecas especializadas surgiram na área da medicina, assim como as de grandes empresas industriais e comerciais. Está voltada a um campo específico do conhecimento, seu acervo e seus serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento. É vinculada a uma instituição pública ou privada, podendo também se caracterizar como uma biblioteca universitária, quando vinculada a uma unidade de ensino superior;

- **Biblioteca/centro de referência** – é uma biblioteca especializada que atua com o foco no acesso, disseminação, produção e utilização da informação para um determinado público. Também denominado como Centro de Informação e Referência. Muitas delas não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referência de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas).

2.3 A Biblioteca como Órgão Promotor de Ações Culturais

Como se vê, uma biblioteca, especialmente uma biblioteca pública, não pode ser vista apenas como um depósito de informações que o homem almeja proteger das investidas do tempo e do esquecimento. Mais do que isso, ela é o reflexo da ansiedade do homem em preservar-se para o futuro, conferindo sentido às práticas culturais humanas.

A biblioteca é, pois, a memória do mundo, é o lugar que guarda todos os conhecimentos humanos, aquilo que o conhecimento significa para o homem é o que a biblioteca pretende conservar, seja este “[...] o sopro de Deus, as Musas, a morada do Bom e

do Belo, os ventos uivantes do comércio, ou uma mistura confusa de todas estas coisas – será aquilo que a biblioteca é, templo” (BATTLES, 2003, p.16).

Em resumo, é o lugar onde se vive de maneira concreta as ações e representações de cada um e de todos, origem e destino de toda cultura autêntica. Características que possibilita afirmar, de acordo com Jacob (2000, p. 11), que:

A história das bibliotecas no Ocidente é indissociável da história da cultura e do pensamento, não só como lugar de memória no qual se depositam os estratos das inscrições deixadas pelas gerações passadas, mas também como espaço dialético no qual, a cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções.

Surgidas na Europa nos séculos XVIII e XIX, em razão das transformações decorrentes do desenvolvimento industrial e da crescente urbanização, as bibliotecas públicas foram criadas para contribuir, de maneira significativa, para o progresso cultural e intelectual da nação, bem como para a promoção da ordem social, adotando como uma de suas principais funções a elaboração e o auxílio às políticas públicas ligadas à promoção da educação, colaborando para a socialização e a emancipação do indivíduo através da preservação e transmissão do patrimônio material e cultural do grupo ao qual se insere.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as bibliotecas públicas são centros locais de informação que têm por objetivo tornar acessíveis todos os signos informacionais armazenados em seu acervo, cujos serviços devem ser oferecidos, tendo-se em vista a igualdade de oportunidades, sendo indiferente a questões que se relacionem com critérios de raça, idade, sexo, religião, nacionalidade ou condição social.

De acordo com a UNESCO (1994, p. 1):

A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais, mas só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Além disso, as bibliotecas públicas possuem como missão política e civilizadora, segundo a UNESCO (1994, p. 2-3), a função de captar, organizar e disponibilizar os estratos informacionais humanos a fim de colocá-los a serviço de toda uma coletividade. Como prestam auxílio à auto-formação individual, devem se posicionar, ainda, como local propício

para um criativo desenvolvimento pessoal, a fim de promover a construção do conhecimento por intermédio do apreço à arte e às inovações científicas.

No Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p.18), agente do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, publicou documento em que define, em conformidade com o Manifesto da UNESCO, as seguintes características básicas das bibliotecas públicas:

- destinar-se a toda coletividade (ao contrário de outros tipos de bibliotecas, que têm funções mais específicas);
- possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais);
- ser subvencionada pelo poder público federal, estadual ou municipal.

Além das características e missões citadas, destacam-se, ainda, as seguintes funções institucionais da biblioteca pública como:

- agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento;
- instituição de apoio à educação e formação do cidadão em todos os níveis, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social;
- centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando os cidadãos com o seu uso; e
- instituição cultural, através da promoção do acesso à cultura e do fortalecimento da identidade cultural da comunidade local e nacional. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p.22)

Portanto, na atualidade, as bibliotecas devem priorizar o fomento e o fortalecimento do diálogo intercultural, em especial, o da diversidade cultural, bem como facilitar o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso da informação e da informática, entre inúmeras outras funções cujo objetivo gira em torno de sua caracterização como organismo social de extrema importância para a preservação da tradição, da cultura e da memória coletiva de qualquer agrupamento humano.

Sobre o assunto, Martins (2002, p. 325) diz que:

A biblioteca não é mais, por consequência, um mero depósito de livros: esse o mais importante de todos os pontos característicos na evolução de seu conceito. À sua passividade substituiu-se um salutar dinamismo, a iniciativa de uma obra que é, ao mesmo tempo, de socialização, especialização, democratização e laicização da cultura. Ela desempenha, dessa forma, por menos que pareça, o papel essencial na vida das comunidades modernas; é em torno dela que circulam todas as outras correntes da existência social.

Por sua vez, Silveira (2007, p. 80) afirma que:

As bibliotecas, especialmente as públicas, são lugares de confrontos, de sonhos e de pesadelos, onde se inscrevem as angústias e as esperanças de uma época, bem como suas contradições e confusões. São espaços permeados por tensões contraditórias, mas que estão abertas ao mundo das realidades e das idéias. São instrumentos privilegiados do saber através dos quais, por intermédio da materialidade de suas coleções, a tradição de um povo, sua memória coletiva e seu patrimônio cultural se mesclam para criar o que chamamos de identidade se constitui, se nutre e se valoriza.

Enfim, seja como espaço físico, como símbolo de uma ordem social ou como forma visível da razão humana, as bibliotecas são lugares que guardam histórias e despertam o fascínio e o encantamento, uma vez que são centros difusores de ações culturais.

SEÇÃO 3 LEITURA E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

No contexto educativo, nas séries iniciais, a aprendizagem da leitura tem um peso significativo no sucesso ou fracasso do aluno, conseqüentemente, a formação de alunos leitores tem se constituído em uma preocupação constante no campo educacional, uma vez que a leitura é fundamental para a inserção do ser humano nas sociedades atuais. O ato de ler favorece ao leitor o acesso a informações dos mais variados campos do conhecimento, possibilitando o desenvolvimento da criticidade, levando-o a assumir posições condignas ao pleno exercício da sua cidadania.

Nesse sentido, a prática de narrar histórias é uma das muitas formas empregadas pelo professor em seu trabalho com a leitura em sala de aula, notadamente na Educação Infantil, onde os alunos ainda não dominam a tecnologia da escrita, apenas são capazes de ler a linguagem oral, imagens, gestos e o que está em seu entorno. Porém, no decorrer da escolarização posterior, essa prática raramente ocorre e deixa a desejar. O que se verifica é o domínio da leitura de textos escritos sobre as demais práticas, dentre estas, a de contar histórias. Assim sendo, é muito importante que os professores, de todos os anos escolares, reconheçam a prática de narrar histórias como uma prática de leitura fundamental para a formação dos alunos enquanto leitores. Para tanto, é indispensável que essa importância não fique só no discurso, mas deva ser tecida no dia-a-dia escolar, ano após ano.

3.1 A Leitura

De acordo com o Dicionário Houaiss (2001), etimologicamente, a palavra ler deriva do latim *lego/legere*, que significa recolher, apanhar, escolher, captar com os olhos. Nesse sentido, Luckesi (2003, p. 119) diz que “[...] a leitura, para atender o seu pleno sentido e significado, deve, intencionalmente, referir-se à realidade. Caso contrário, ela será um processo mecânico de decodificação de símbolos”. Ruiz (2002, p. 35) acrescenta que a leitura “[...] amplia e integra conhecimentos (...), abrindo cada vez mais os horizontes do saber, enriquecendo o vocabulário e a facilidade de comunicação, disciplinando a mente e alargando a consciência (...)”.

Como prática social, a leitura possibilita ao indivíduo entrar em contato com informações e concepções, construídas por outros e referentes à realidade. Através do contato com o texto, o sujeito pode ampliar sua inserção cultural, aprofundando o conhecimento sobre

o ambiente social e apropriando-se de estratégias de intervenção. Além disso, essas interações são perpassadas por conteúdos afetivos, os quais imprimem profundas marcas na relação que se estabelecesse entre o sujeito e o objeto cultural, no caso, a leitura.

Ao ler um texto, o indivíduo estabelece um diálogo com as idéias do autor, o que possibilita uma contínua revisão e aprimoramento de seu universo pessoal, seus valores e opiniões, gerando também uma interpretação única e pessoal das idéias que leu. Assim, o texto não possui um único sentido, uma vez que cada sujeito que o lê constrói interpretações diferentes, estabelecerá um novo diálogo, envolvendo as idéias do autor e as suas próprias significações.

Ao discutir as diferentes compreensões de um mesmo texto, Morais (1996, p. 15) aponta:

Se ela [criança] compreende o texto de maneira diferente da nossa, não é porque se engana ao decodificar os signos gráficos, mas, muitas vezes, porque as palavras lidas ativam um universo mental, conhecimentos e processos de raciocínio que não correspondem exatamente aos nossos.

Neste sentido e de acordo com Gregolim (1999, p. 54), de todas as formas de linguagem, a mais sofisticada é a escrita, pois ela possibilita a leitura da memória cultural de construção de conhecimentos, a qual encontra-se nas obras literárias, científicas, filosóficas etc. Nesta perspectiva, a leitura desempenha pelo menos três funções básicas na vida da sociedade moderna: 1) é fonte de prazer; 2) é geradora de conhecimento; 3) é estímulo para a ação.

O certo é que, mesmo diante das inúmeras concepções vigentes de leitura entre os estudiosos da linguagem, elas podem ser resumidas, de acordo com Martins (1982, p. 26), em duas vertentes: 1) como uma decodificação mecânica de signos lingüísticos, por meio de aprendizado estabelecido a partir do condicionamento estímulo-respostas; 2) como um processo de compreensão abrangente, cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, bem como culturais, econômicos e políticos.

Portanto, a leitura vai além do texto e começa antes do contato com ele, uma vez que o leitor assume um papel atuante, deixando de ser mero decodificador ou receptor passivo. Partindo dessas considerações, a leitura se realiza a partir do diálogo do leitor com o objeto lido, ou seja, escrito, sonoro, através de gestos, imagens, acontecimentos.

3.1.1 A leitura no Brasil

No Brasil, a leitura está longe de ocupar o espaço que deveria na vida de sua população, cujo desinteresse está atrelado à colonização portuguesa, que não favorecia qualquer desenvolvimento cultural em suas colônias. Por outro lado, de acordo com Martins (1996, p. 387), a política colonialista significou um entrave à produção editorial do Brasil. Foi somente em meados de 1840 que surgiram as primeiras livrarias e bibliotecas para suprirem a carência educacional. No âmbito escolar, foi somente no século XX que o mercado editorial olhou o público infantil como consumidor e passou a publicar livros adequados para esse contingente populacional.

Na atualidade, no contexto brasileiro, de acordo ainda com Martins (1996, p. 387), inúmeros são os problemas na área da leitura, como: formação deficitária do professor, falta de recursos financeiros para aquisição de livros, falta de bibliotecas nas escolas ou de condições adequadas ao seu uso (acervo pobre, inexistência de bibliotecários etc.), os meios de comunicação de massa, que atraem pelos seus inúmeros recursos audiovisuais e não exigem uma educação formal para sua compreensão, pois estão a serviço da ideologia da classe dominante.

Nessa linha de pensamento, pode-se afirmar que a maioria da população brasileira não tem acesso à ciência e à cultura, uma vez que fica passiva diante da televisão, já que este é o único meio de informação e de lazer. Somente o acesso à verdadeira leitura, a obras de arte, ao cinema e ao teatro possibilitará o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

A respeito da realidade brasileira no tocante aos hábitos de leitura, a terceira edição da pesquisa “Retratos de Leitura no Brasil”, ocorrida entre 11 de junho e 3 de julho de 2011, com 5.012 pessoas, com idade superior a 5 anos de idade, em 315 municípios, com margem de erro de 1,4 ponto percentual, realizada e coordenada pelo Instituto Pró-livro, em parceria com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e a Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares (ABRELIVROS), produziu resultados precisos e pontuais, revelando que o brasileiro está lendo menos.

No tocante às atividades priorizadas no tempo livre pelos brasileiros, ler aparece em sexta posição, com apenas 28% (número decaiu de 2007 para 2011), depois de opções como assistir TV (85%), ouvir música (52%), entre outros.

Além disso, para 64% dos entrevistados (número que cresceu 22% de 2007 para 2011), ler significa “fonte de conhecimento para a vida”, embora 12% apontem esta prática

como uma atividade que “ocupa muito tempo”. Mesmo que 64% da população brasileira afirmem concordar que “ler bastante pode fazer uma pessoa vencer na vida e melhorar sua situação financeira”, 47% desses mesmos entrevistados (contra 60% em 2007) não conhecem ninguém que tenha vencido na vida em função da frequência da leitura.

Dos gêneros mais lidos, a Bíblia ocupa a primeira posição com 42% (representando cerca de 41 milhões de leitores), em seguida, livros didáticos, romance e livros religiosos pontuam, respectivamente, 32%, 31% e 30%. Em relação à frequência da leitura dos gêneros, os livros didáticos, com 66%, ocupam o primeiro lugar (Bíblia em seguida com 65%).

A falta de tempo corresponde à principal razão por se ler menos. Em relação ao suporte, revistas detêm a preferência dos leitores (53%), enquanto os livros marcam 47% do gosto nacional – uma queda de 3% em relação aos números de 2007. A Bíblia (1.º), “A cabana” (2.º), “Ágape” (3.º) e títulos de literatura infanto-juvenil (“Sítio do pica-pau amarelo”, “Crepúsculo” e “Harry Potter”) são apontados pelos entrevistados como os livros mais marcantes de suas vidas.

No tocante à penetração da leitura, é a classe C que lidera a posição com um número maior de leitores.

De modo geral, segundo apontam os dados da pesquisa, o Brasil possui apenas 50% de leitores (que, em 2007, somavam 55%), constituído em grande maioria por mulheres. Os índices seriam ainda mais baixos se os livros didáticos – obrigatórios nas instituições brasileiras de ensino – fossem desconsiderados para a contabilização do resultado final do quadro de leitura no Brasil. Ainda assim, a média de todas as regiões em relação a livros lidos nos últimos 3 meses é bastante baixa - 1,85. Embora este número aumente para 4,0 quando a base de contagem é anual (contra 4,7 livros/ano em 2007), o lugar do livro como objeto funcional de leitura permanece com pouca expressão no Brasil e não pode ser equiparado ao seu valor simbólico.

A pesquisa ainda demonstra que a redução da leitura foi medida até entre crianças e adolescentes, que lêem por dever escolar. Em 2011, crianças com idades entre 5 e 10 anos leram 5,4 livros, ante 6,9 registrados no levantamento de 2007. O mesmo ocorreu entre os pré-adolescentes de 11 a 13 anos (6,9 ante 8,5) e entre adolescente de 14 a 17 (5,9 ante 6,6 livros). Segundo a pesquisa, uma das razões para a queda no hábito de leitura entre o público infanto-juvenil é a falta de estímulos vindos da família.

O levantamento reforça um traço já conhecido entre os brasileiros: o vínculo entre leitura e escolaridade. Entre os entrevistados que estudam, o percentual de leitores é três vezes

superior ao de não leitores (48% x 16%). Já entre aqueles que não estão na escola, a parcela de não leitores é cerca de 50% superior ao de leitores: 84% x 52%.

3.1.2 O despertar do interesse pela leitura

O interesse pelo estudo da leitura, da escrita e da linguagem tem ocupado espaço cada vez maior nas pesquisas de alguns pensadores, a exemplo de Paulo Freire, Piaget, Vigotsky. São estudiosos que se preocupam em estudar como o indivíduo entende, pensa, escreve, fala e como se dá tal processo de aquisição.

Segundo Freire (1976, p. 49), o acesso mínimo ao ato de ler deve ser uma exigência social, pois é através da leitura que o ser humano torna-se cidadão apto à prática da cidadania. Ao invés de promover o “achismo” como expressão de autonomia do sujeito, deve-se trabalhar com uma diversidade que permita a cada leitor trabalhar interiormente o seu espírito crítico.

Tratando desse assunto, Machado (2001, p. 44) diz que o hábito da leitura é criado a partir de estímulos em idade adequada e a forma como se trabalha a mesma colabora muito para se criar uma geração habituada a ler, detentora de uma linguagem muito mais ampla e valiosa, fazendo parte de uma sociedade onde possa participar e argumentar, mostrando a força da palavra quando se tem leitura e conhecimento. “É preciso ensinar aos alunos a beleza da língua e reafirmar a noção de que o livro é um amigo que está sempre do nosso lado”.

Por sua vez, Andrade (1990, p. 36) assim se expressa:

As finalidades da leitura mantêm estreita correlação com suas diversas modalidades. Nem sempre se utiliza a leitura com o objetivo específico de adquirir conhecimentos. Neste particular, deve-se observar que a leitura pode ser casual, espontânea, quase um reflexo, como no caso dos anúncios, cartazes, outdoors. Pode-se buscar simplesmente o lazer ou o entretenimento, através da leitura de livros e revistas.

Diante dessas assertivas, pode-se afirmar que a função da escola não tem sido a de promover a leitura, a que interessa a todos, a que é de interesse do corpo coletivo. A escola tende a priorizar um tipo de leitura que didatiza muito e pouco se exercita, necessitando colocar em prática uma espécie de leitura em que se reconheça o outro como sujeito-construtor da própria leitura e leve em conta os sentidos não previstos no texto.

Por outro lado, a dificuldade de acesso aos livros também impede que a leitura seja incorporada ao cotidiano em sua dimensão lúdica e prazerosa. A falta de leitura, ou a sua

associação a obrigações desagradáveis, além de prejudicar o desempenho na escola, restringe o desenvolvimento da criatividade e da capacidade de resolver problemas abstratos, limitando a formação dos jovens.

3.1.3 Estímulos ao ato da leitura

Para estimular os alunos ao ato da leitura, necessário se faz que os projetos de incentivo à leitura invistam na formação dos professores, que são os mediadores entre a criança, o jovem e o adolescente, envolvendo-os em atividades concretas de leituras.

É ponto pacífico entre bibliotecários e educadores que a formação de leitores críticos é requisito básico para que estes saibam discernir sobre a informação de qualidade. Para que este fato se torne verídico, devem ser criadas metas para a política da educação brasileira.

Segundo Ferreira e Palácio (1987, p. 15), o processo de leitura é dotado de uma série de opções. O leitor não responde simplesmente aos estímulos do meio, e sim, desenvolve estratégias para trabalhar com o texto, de tal maneira que seja possível compreendê-lo. Assim sendo, educadores e bibliotecários devem atentar para a manutenção do leitor já conquistado ao invés de priorizar mais a sua formação, não desmerecendo a importância desta prática.

A leitura deve ser prazerosa. Neste âmbito, a biblioteca, através do bibliotecário, deve orientar professores na elaboração de propostas que despertem o interesse em seus alunos. O emprego de obras literárias nas escolas deve ser de maneira cativante. A leitura não deve ser imposta; o aluno, em especial o leitor da educação fundamental, carece da sensação de liberdade para opinar naquilo que julga imprescindível.

Por outro lado, os professores costumam recomendar aos alunos a leitura de obras literárias para a execução de trabalhos, com a finalidade de incentivar o interesse do aluno pela literatura e apurar-lhe o senso crítico. A leitura obrigatória, imposta pelos professores, é cobrada e avaliada por meio de provas ou fichas de leitura, método esse reprovado por ir contra todo o processo educacional moderno.

Conseqüentemente, esse tipo de avaliação afasta o aluno da leitura. Muitas vezes, os procedimentos dos alunos são os resumos passados de mão em mão entre os colegas que não têm o menor interesse em conhecer a leitura obrigatória dos colégios, comprovando a defasagem deste método.

Assim sendo, a escola deve escolher livros que tenham a ver com a realidade dos adolescentes para que a leitura seja proveitosa. A política educacional brasileira é a

responsável por esta situação crônica, a qual é oriunda dos tempos do Brasil-Colônia. Por conseguinte, a má formação do leitor brasileiro é vinculada ao fato de que o saber dos livros era privilégio de poucos. Os interesses de leitura sofrem influências de acordo com a idade, sexo, grau de alfabetização e de inteligência, etnia, fatores socioeconômicos e disponibilidade de material. A influência da família, o comportamento dos professores e bibliotecários e os ambientes social, psicológico e educacional também concorrem para a formação de atitudes em relação à leitura.

3.1.4 O papel da família na leitura

Sabe-se que a família desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, enquanto ambiente no qual o sujeito inicia sua vida e o contato com o mundo. Na família, o sujeito se apropria de valores e práticas culturais vitais à sua sobrevivência, a exemplo de, segundo Flores (1994, p. 12), “a adaptação ao meio ambiente, a capacidade de socialização, os passos mais importantes da evolução física e psíquica, a formação moral e um sem-fim de coisas mais”.

Assim, nota-se a importância do ambiente familiar no processo de formação do indivíduo, enquanto um ambiente extremamente rico de experiências e relações que marcarão e determinarão as construções que o indivíduo fará a partir da realidade social que o rodeia. Segundo Knobel (1972, p. 173), “Na integração familiar, anterior à social (mas determinada pelo meio ambiente), ganha forma a personalidade, determinando-se características sociais, éticas e morais dos futuros membros da comunidade adulta”.

Neste sentido, o ambiente familiar, pelo fato de contribuir profundamente para a formação do indivíduo, uma vez que a leitura se constitui uma prática social que o sujeito aprende através da interação com o “outro” e das situações aí vivenciadas, entendendo-se que a família é um dos agentes culturais mediadores capazes de possibilitar o contato entre sujeito e leitura. Por ser um ambiente fundamental para a constituição do indivíduo, entende-se que as experiências de leitura vivenciadas na família terão um grande papel no processo de formação do leitor.

Durante o período da infância, a criança depende extremamente de sua família: enquanto bebê, a dependência é quase total, pois é preciso alguém constantemente para garantir sua sobrevivência (alimentação, higiene, proteção, etc.). Segundo Wallon (1999, p. 161):

O recém-nascido é um ser cuja totalidade de reações necessita ser completada, compensada, interpretada. Incapaz de efetuar algo por si próprio, ele é manipulado pelo outro e é, nos movimentos deste outro, que suas primeiras atitudes tomarão forma.

Com a possibilidade de locomoção e com o desenvolvimento da linguagem, a criança libera-se, em parte, dos cuidados dos pais, uma vez que já não é um ser passivo, mas consegue expressar suas vontades e realizar algumas atividades sem a ajuda de alguém. Nesta condição, a natureza da dependência em relação ao “outro” modifica-se – já não é unilateral, onde os pais são provedores e a criança simples receptora.

Com o desenvolvimento da linguagem, inicia-se um processo de trocas, no qual ambos os participantes contribuem com ações e idéias. Agora, a criança depende da família para ampliar seu contexto, conhecer novos aspectos de seu ambiente e absorver estratégias de participação no mesmo, o que se dará através da vivência de experiências organizadas pelos pais.

Neste sentido, o período da infância é um momento fundamental, uma vez que a criança mostra-se totalmente receptiva a modelos e indicações apresentados pelo “outro”. Ela observa, imita e internaliza diversas práticas e valores presenciados nos ambientes que frequenta, passando, gradualmente, a intervir no mundo à sua volta. Logo, é no período da infância que o papel da família é extremamente importante, pois é aí que a criança passa a maior parte do tempo e as experiências vivenciadas neste ambiente contribuirão profundamente para seu processo de constituição.

Uma vez que a leitura configura-se enquanto uma prática social transmitida através das interações e cuja prática pode se iniciar nos primeiros anos de vida, afirma-se que a infância é fundamental para o processo de constituição do sujeito enquanto leitor, uma vez que as experiências de leitura vivenciadas nesse período serão o início da relação que irá se estabelecer com a leitura.

Entende-se, também, que a boa qualidade das experiências de leitura vivenciadas na infância contribuirá para que o sujeito construa uma relação positiva com ela.

Ao estudar a família, esta pesquisa busca romper a tendência de resumir as experiências de leitura e o processo de formação do leitor ao ambiente escolar, admitindo que há outros espaços nos quais a prática de leitura se faz presente. Assim como na escola, esses espaços imprimem marcas importantes à trajetória de formação do sujeito enquanto leitor.

3.2 A Contação de História

3.2.1 As atividades lúdicas

Entende-se por atividades lúdicas as que geram prazer, equilíbrio emocional, levam o indivíduo à autonomia sobre seus atos e pensamentos e contribuem para o desenvolvimento social. Os estudos sobre atividade lúdica e sua importância têm revelado uma conexão entre o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes e a constituição do sujeito como um ser social. A capacidade de brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas à sua volta e de se identificar como um ser social.

Winnicott (1975, p. 63), em seus estudos sobre o crescimento e desenvolvimento das crianças, julga que o brincar é uma das formas mais originais de satisfazer desejos e anseios. Sobre o assunto, escreve que:

O brincar é o fazer em si, um fazer que requer tempo e espaço próprios; um fazer que se constitui de experiências culturais, que é universal e próprio da saúde, porque facilita o crescimento, conduz aos relacionamentos grupais, podendo ser uma forma de comunicação consigo mesmo (a criança) e com os outros.

Além disso, o brincar é um importante processo psicológico, fonte de desenvolvimento e aprendizagem, uma vez que envolve complexos processos de articulação entre o já dado e o novo, entre a experiência, a memória e a imaginação, entre a realidade e a fantasia, sendo marcado como uma forma particular de relação com o mundo, distanciando-se da realidade da vida comum.

Nesse aspecto, pode-se dizer que a brincadeira é de fundamental importância para o desenvolvimento infantil, na medida em que a criança pode transformar e produzir novos significados. O brincar não só requer muitas aprendizagens, como também constitui um espaço de aprendizagem.

Sobre o assunto, Machado (2003, p. 37) diz que:

Brincar é também um grande canal para o aprendizado, senão o único canal para verdadeiros processos cognitivos. Para aprender precisamos adquirir certo distanciamento de nós mesmos, e é isso o que a criança pratica desde as primeiras brincadeiras transicionais, distanciando-se da mãe. Através do filtro do distanciamento podem surgir novas maneiras de pensar e de aprender sobre o mundo. Ao brincar, a criança pensa, reflete e organiza-se internamente para aprender aquilo que ela quer, precisa, necessita, está no

seu momento de aprender; isso pode não ter a ver com o que o pai, o professor ou o fabricante de brinquedos propõem que ela aprenda.

A constituição do pensamento infantil, na concepção de Vygotsky (1994, p. 17), se deve, em grande parte, ao ato de brincar. Através da brincadeira, a criança reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo assim o seu próprio conhecimento. Além disso, a linguagem tem fundamental importância no desenvolvimento cognitivo da criança, quando, aos poucos, ela vai sistematizando suas experiências, o que lhe dá o suporte necessário para a organização dos processos em andamento.

As mudanças na educação precisam acontecer e apontam para um ensino aliado à realidade do tempo/espço tornados lúdicos, o que é alcançado através da pedagogia da alegria, da reflexão, da elaboração, do diálogo, de atividades lúdicas, que devem ser experimentados, vivenciados, possibilitando a ação e a interação entre alunos e professores.

A aula desenvolvida deve estimular a atividade criativa, a iniciativa e o raciocínio do aluno. Deve levá-lo a compartilhar o trabalho com os colegas através de questões problematizadas e vivências práticas. Toda criança é curiosa e o lúdico desperta nela esta curiosidade e a vontade de aprender, assim, a aprendizagem ocorre num contexto de desafio, de espírito lúdico.

A ludicidade deve estar presente em todo processo no universo escolar e é por meio do lúdico, que o educando interioriza o discurso externo e exterioriza o seu discurso interno, desenvolvendo suas múltiplas inteligência e habilidades.

3.2.2 A arte de contar histórias

Contar histórias é uma arte milenar exclusiva das sociedades humanas. Desde os primórdios da humanidade, antes mesmo do surgimento da escrita, a arte de contar histórias esteve presente na vida dos homens e das sociedades. Foi através da tradição oral que muitas histórias se perpetuaram, transmitidas de uma geração para outra. E foi através dos contadores de histórias, geralmente pessoas mais velhas, que as conservavam e as transmitiam, que os conhecimentos acumulados passaram de gerações por meio de crenças, mitos, costumes e valores, os quais iam sendo preservados pela comunidade.

Sobre esse período, Cheola (2006, p. 47) escreve:

Há muitos e muitos anos, ainda quando a vida amanhecia no planeta, o Homem já narrava. Primeiro, falava de seu cotidiano: seus hábitos e seus

vezes. Depois, em determinado momento, sentiu necessidade de dar conta de acontecimentos que escapavam a seu entendimento racional. Precisava encontrar explicações tanto para fenômenos da natureza quanto para o fato de ser quem era e estar onde estava. Assim concebeu então, um conto maravilhoso que, com seus elementos mágicos, explicava o que a razão desconhecia.

Nas sociedades tribais primitivas, por exemplo, tudo começou quando os primeiros caçadores e coletores se reuniram em volta das chamas da fogueira para contar histórias uns aos outros sobre suas aventuras na luta pela sobrevivência, suas percepções dos eventos naturais e sobrenaturais, sobre a ordem social e cósmica, a respeito das descobertas, dentre outros. Eles eram os contadores de histórias.

Sobre as narrativas desses contadores de histórias, Cavalcanti (2002, p. 28) informa:

Tem-se notícia de que as primeiras narrativas constituíam-se em relatos fabulosos sobre a possível história do surgimento do mundo. É certo que esses relatos estavam impregnados de conteúdos voltados para o sobrenatural, o misterioso envolvido na aura do sagrado. Eram relatos marcados pelo registro de rituais de iniciação e magia, próximos à consciência mítica e religiosa, para, somente muito tempo depois, transformarem-se em mito e história.

Sobre contar e ouvir histórias, Abramovich (2003) apud Aguiar (2013, p. 22) diz:

[...] o significado de escutar histórias é tão amplo... É uma possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, das dificuldades, dos impasses, das soluções, que todos atravessamos e vivemos de um jeito ou de outro, através dos problemas que vão sendo, defrontados, enfrentados (ou não!) pelos personagens de cada história (cada um a seu modo...). E, assim, esclarecer melhor os nossos, ou encontrar um caminho possível para a resolução deles... É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como: a tristeza, a raiva, a irritação, o medo, a alegria, o pavor, a impotência, a insegurança e tantas outras mais, e viver, profundamente, isso tudo que as narrativas provocam e suscitam em quem as ouve ou as lê, com toda a amplitude, significância e verdade que cada uma delas faz (ou não) brotar [...].

Abramovich (2003) apud Aguiar (2013, p. 22-3) ainda acrescenta:

[...] ouvir e ler histórias é também desenvolver todo o potencial crítico da criança. É poder pensar, duvidar, se perguntar, questionar... É se sentir inquieto, cutucado, querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de idéia... É ter vontade de reler ou deixar de lado de uma vez [...].

Na Antiguidade, a contação de histórias foi a forma pela qual o conhecimento era naturalmente adquirido por boa parte das pessoas. Nesse sentido, nômades, viajantes,

andarihos e vários povos sempre narravam suas aventuras e andanças pelo mundo aos ouvintes que dedicavam seu tempo a ouvir tais narrativas. Através delas absorviam o que lhes interessava, gerando conhecimento para toda a vida.

A respeito da contação de histórias se constituir no princípio da comunicação do ser humano, Sisto (2005, p. 28) diz que:

Contar histórias é um meio de comunicação ancestral. Isso nos obriga a pensar em Platão, que na sua ‘República’ já se referia à importância de contar contos – primeiro os contos, depois a ginástica – para a educação ética das crianças gregas, sem contudo negar a função de entretenimento que esses mesmos contos podiam proporcionar. E isso nos obriga ainda a pensar em Aristóteles: ouvir uma boa história é também experimentar o efeito catártico. E podemos ainda pensar nos aedos [na Grécia antiga, cantor que apresentava suas composições religiosas ou épicas, acompanhando-se ao som da cítara], bardos [na história antiga da Europa, era uma pessoa encarregada de transmitir as histórias, as lendas e poemas de forma oral, cantando a história de seus povos em poemas recitados. Era simultaneamente músico e poeta e, mais tarde, seria designado de trovador], rapsodos [nome dado a um artista popular ou cantor que, na antiga Grécia, ia de cidade em cidade recitando poemas (principalmente epopeias), jograis [artista profissional de origem popular - um vilão, ou seja, não pertencente à nobreza - que tanto atuava nas praças públicas, divertindo o público, assim como nos palácios senhoriais, neste caso assumindo o papel de bufão, com suas sátiras, mágicas, acrobacias, mímica, etc], trovadores, saltimbancos, menestrelis, bufões, que de diversas formas contavam histórias e difundiam obras.

Desta forma, pode-se afirmar que as lendas e as histórias narradas fazem parte do imaginário universal da humanidade, uma vez que, antes mesmo da criação da escrita convencional e do papel, a narração das histórias era o meio pelo qual a informação era disseminada entre os povos no decorrer do tempo, seja pela própria oralidade ou pela significação em diversos signos.

Sobre o assunto, Moraes (2006, p. 1) informa que:

Até a Idade Média era comum encontrar dois tipos arcaicos de narradores anônimos: os nômades e os sedentários. No primeiro grupo encontramos os viajantes, os marinheiros mercantes, os trovadores errantes e os menestrelis, que traziam histórias das terras distantes. [...] Por outro lado encontramos os lavradores sedentários que, vivendo do seu trabalho, conhecem as histórias e tradições da sua terra.

Nos tempos atuais, a narração de histórias coletadas da literatura publicada ou do conhecimento popular, é uma atividade desenvolvida com diversos objetivos – propiciar ao ouvinte um momento de interação com a história que é transmitida, imprimindo algum sentido em suas vidas; servindo de meio interativo para a caracterização do seu espaço,

fazendo com que este ouvinte possa fazer paralelismos com seu cotidiano, ajudando-o na percepção de sua realidade e de como ele pode agir para intervir ativamente no meio em que está inserido.

A esse respeito, Coelho (2003, p. 29) diz que:

Para além do prazer/emoção estéticos, a literatura contemporânea visa alertar ou transformar a consciência crítica de seu leitor/receptor. Na verdade, desde as origens, a literatura aparece ligada a essa função essencial: atuar sobre as mentes, nas quais se decidem as vontades ou as ações; e sobre os espíritos, nos quais se expandem as emoções, paixões, desejos, sentimentos de toda ordem... No encontro com a literatura (ou com a arte em geral), os homens têm a oportunidade de ampliar, transformar ou enriquecer sua própria experiência de vida, em um grau de intensidade não igualada por nenhuma outra atividade.

Desta forma, ao se contar uma história, pretende-se, de acordo com Busato (2003, p. 45): “[...] conto histórias para formar leitores; para fazer da diversidade cultural um fato; valorizar as etnias; manter a História viva; para se sentir vivo; para encantar e sensibilizar o ouvinte; para estimular o imaginário”.

Para Sisto (2005, p. 16),

[...] contar histórias é a possibilidade sim, de formar leitores, num verdadeiro ato de subsistência, não só do já inventado, mas do universo que as palavras transcriam para levar. [...] Para tanto não são imprescindíveis grandes recursos materiais ou financeiros, mas sim um toque sutil e criativo que desencadeará uma série de atividades com conseqüências positivas.

Por sua vez, Bello (2004, p. 158) propõe que:

[...] a atuação do educador [inclua-se aqui o bibliotecário] como contador de histórias, em suas mais diversas formas de expressão (com a utilização de objetos, maquiagem, acompanhamento musical, utilização de cenários ou nada disso), mas buscando a palavra falada com função literária: a oralidade como relato. Esta atividade implica sempre uma relação entre alguém que conta e outros que escutam ou lêem.

Por fim, vale dizer que a contação de histórias, seja na biblioteca, na sala de aula, em casa, no parque ou em qualquer ambiente é um dos recursos que estão ao alcance dos mediadores de leitura para estimular a aproximação ao mundo da leitura, devendo ele saber que cada público tem suas características e gostos que os particularizam e que devem ser respeitados.

No Brasil, a arte de contar histórias na escola se constitui em uma estratégia pedagógica significativa para a prática docente. Como visto anteriormente, a contação de histórias estimula a imaginação, educa, instrui e desenvolve habilidades cognitivas, além de fornecer o ponto de partida para se introduzir o conteúdo programático.

Nesse sentido, o professor precisa saber explorar essa arte com criatividade e beleza, a fim de instigar a imaginação das crianças, desenvolver a oralidade, sugerir o reconto, explorar e ampliar seus conhecimentos linguísticos e favorecer a aprendizagem em diferentes disciplinas, ao abordar temas relacionados aos conteúdos estudados e de interesse dos alunos, de modo interdisciplinar.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário reconhecer que os livros guardam em si fabulosos tesouros a serem encontrados, que levam as crianças a criar, rir, se divertir e crescer com a magia das histórias contadas, bastando, para tanto, que o professor saiba a melhor maneira de apresentá-las.

Sobre o assunto, Ramos (2011, p. 21) diz que:

[...] os professores, de todos os anos escolares, (re)conheçam a prática de narrar histórias como uma prática de leitura fundamental para a formação dos alunos enquanto leitores. Todavia é indispensável que essa importância não fique só no discurso. Ela deve ser tecida no dia a dia escolar, ano após ano.

Para ser um bom contador de histórias, não é preciso possuir habilidades específicas, basta apenas contar com o coração e contagiar o público com seu entusiasmo. Também é necessário memorizar bem a história, para torná-la espontânea e envolvente, preocupando-se sempre com a entonação, o timbre de voz e as expressões faciais, fazendo com que as crianças se transportem para dentro da narrativa e criem laços de identidade com ela.

Para tanto, na medida do possível, é conveniente abrir espaço para que as crianças participem da história, estimulando a criatividade e a imaginação. Tudo isso deve culminar numa identificação da criança com o enredo ou mesmo com os personagens da narrativa em questão, criando nelas sentimentos novos e a apreensão de novos conceitos.

A esse respeito, Ramos (2011, p. 28) diz que:

No caso da experiência da contação de história, as palavras proferidas pelo contador são como linhas desenhadas pelo ar. Enquanto o contador liberta as palavras presas no texto, o ouvinte, leitor indireto do texto narrado, vai criando e interpretando os desenhos, adentrando-se em um mundo mágico e tornando-se coautor da história. Como salienta Sisto (2005, p.20), ‘o que vale mais é sentir a liberdade de ser coautor da história narrada e poder

receber a experiência viva e criada na imaginação, o cenário, as roupas, as caras dos personagens’.

A fim de tornar a narrativa mais atraente para as crianças, o professor deve valer-se de diversos recursos materiais, a exemplo de livros, gravuras, fanelógrafo, desenhos, fantoches. Além dos recursos materiais, os gestos, as vozes e as roupas também são grandes aliados na contação de histórias, enriquecendo, de modo significativo, a narrativa.

Atentar para o ritmo da fala, projetar a voz, pronunciar as palavras com clareza possível, tornar expressivo o que se diz, descobrir a musicalidade das frases, postar-se de forma correta, fazer contato visual com o público e confiar na sua contação são elementos chaves que o contador de histórias deve levar em conta para produzir uma boa narração. O corpo também assume um papel importante na transposição do texto impresso para a narração oral. O corpo fala por si só. Os gestos devem ser verdadeiros, ou seja, resultar de emoções de fato vivenciadas. Gestos comedidos, controlados, geram cansaço e incredibilidade no ouvinte perante aquilo que está sendo narrado. (RAMOS, 2011, p. 40)

Esses recursos, com certeza, irão auxiliá-lo na contação, uma vez que os personagens tornam-se, de certa forma, reais, chamando a atenção das crianças e estimulando sua imaginação. Necessário se faz, ainda, que o contador de histórias observe as principais características do público para o qual ele contará a história, facilitando assim a escolha da mesma e os recursos a serem utilizados.

Uma fábula, uma poesia, um conto, ao serem recitados, podem provocar nos seres humanos as mais variadas reações, tais como: risos, choros, alegrias, tristezas, dor, etc. Os elementos simbólicos presentes numa narrativa conseguem evocar conteúdos psíquicos do indivíduo, os quais o ajudam a construir sua realidade e a lidar com ela.

As narrativas em sala de aula podem se tornar ótimas ferramentas para o desenvolvimento da subjetividade dos alunos. Como salientado por Bettlheim apud Busatto (2003, p. 15), “[...] o poder regenerador dos contos de fadas, por conterem na sua estrutura elementos simbólicos, cria uma ponte com o inconsciente, integrando os conteúdos arquetípicos e propiciando à criança conforto e consolo em termos emocionais”.

Busatto (2003, p. 17) ainda aponta que “[...] através de um conto, a criança dá vazão aos seus afetos”. Logo, pode-se afirmar que o conto propicia à criança experienciar suas emoções, vivê-las em sua fantasia, sem que precise passar pelas mesmas situações na vida real.

Desta forma, a literatura oral trazida para a sala de aula pode ser trabalhada de várias formas, em diversas disciplinas escolares. O ato de contar histórias no ambiente escolar é uma experiência de interação entre contador e ouvinte e ainda amplia o vocabulário do aluno e sua forma de comunicação, sobrepondo-se a realidade e a fantasia às situações pedagógicas trabalhadas em sala de aula.

Segundo Abramovich (1995, p. 17):

[...] é através duma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e de ser, outra ética, outra ótica. É ficar sabendo história, geografia, filosofia, política, sociologia, sem precisar saber o nome disso tudo e muito menos achar que tem cara de aula.

Além disso, a história possibilita o contato das crianças com o uso real da escrita, levava-as a conhecer novas palavras, a discutir valores como o amor e o trabalho e a usar a imaginação, tornando-as criativas e capazes de pensar.

Não se pode esquecer, contudo, que a literatura apresentada para a criança não deve ser usada como pretexto para a atividade, mas sim, a partir dela, valorizar a oralidade através da comunicação e a transmissão da cultura. Utilizadas com habilidade e criatividade, as narrativas podem ser um recurso pedagógico que abrange os mais diversos conteúdos didáticos, além de propiciar ao professor o acesso à subjetividade dos alunos e o seu desenvolvimento.

SEÇÃO 4 AÇÃO CULTURAL BIBLIOTECÁRIA E O PROJETO “HORA DO CONTO”

Em sentido geral, cultura é tudo aquilo gerado e/ou adquirido ao longo da existência do homem e perpassado a toda coletividade. As práticas culturais de um povo podem estar registradas em livros, em filmes, em discos ou outros tipos de suportes. As bibliotecas surgiram da necessidade de preservar e reunir os registros em um lugar, portanto, elas têm a função de memória, cujo acervo apresenta informações culturais sobre uma sociedade, cabendo a elas divulgar os valores artístico-regionais, propiciar aos públicos externo e interno o acesso a atividades culturais, valorizar os artistas regionais e consagrar a biblioteca como um espaço de aprimoramento cultural.

De acordo com a Biblioteca Nacional (2000, p. 17), uma das funções da biblioteca pública é “[...] constituir-se em um ambiente realmente público, de vivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar idéias, discutir problemas, auto-instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer”. Em outras palavras, a biblioteca tem por objetivo formar o cidadão crítico, estimulando sua criatividade, reflexão, expressão e senso estético.

Para isso, o bibliotecário precisa adquirir a nuance de animador cultural, entendendo-se por animação cultural a apresentação da atividade cultural, como por exemplo, a exibição de um filme, a exposição de obras artísticas, a apresentação musical. Porém, a ação cultural é mais ampla, porque além da apresentação cultural, inclui a participação dos usuários por meio da produção de novos bens culturais, de opinião e de novos conhecimentos.

4.1 Cultura: Breves Apontamentos

Antes de falar em ação cultural e ação cultural bibliotecária, necessário se faz, mesmo que em linhas gerais, fazer algumas considerações a respeito do que seja cultura, uma vez que é a partir das práticas culturais, entendidas estas como as várias manifestações simbólicas que permitem a cada sujeito imprimir uma marca interpretativa ao mundo que o cerca, que o homem se constrói enquanto sujeito histórico.

Apesar dos diversos estudos produzidos sobre cultura, ainda não se estabeleceu uma definição clara e que seja aceita por todos do que seja cultura. Um dos conceitos mais aceitos talvez seja o de refinamento pessoal, ou seja, erudição adquirida ao longo da vida através de

diversos meios, sendo que o principal deles é o estudo. No entanto, o conceito de cultura vai muito além disso, uma vez que, povos que nunca tiveram acesso a livros, como os indígenas, não podem ser considerados sem cultura, pois seus costumes, seu idioma e suas tradições também fazem parte do conceito de cultura. Além disso, manifestações artísticas, como o teatro, a música e a pintura também são parte integrante da cultura. Na verdade, é impossível afirmar que um indivíduo é desprovido de cultura, já que ninguém nasce e permanece fora de um contexto social seja ele qual for.

O certo é que o termo cultura vem do latim *colere*, significando cultivar. Originalmente, está relacionado às atividades agrícolas, porém, pode-se entender que o sentido de cultivo também está relacionado às relações humanas e sociais, ao conjunto de normas e regras de uma sociedade, cultivadas pelo homem.

Entre as várias definições existentes, as que mais se aproximam da linha de pensamento deste trabalho, são as defendidas por Da Matta (1986), Geertz (1989) e Santos (2006). De acordo com Da Matta (1986, p. 123), cultura

[...] é a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa (...), um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. É justamente porque compartilham parcelas importantes deste código (a cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transformam-se num grupo e podem viver juntos sentindo-se parte da mesma totalidade.

Ou, como menciona Geertz (1989, p. 103):

[...] padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida.

Santos (2006, p. 7-9), por sua vez, cita que:

[...] é uma preocupação contemporânea, bem viva nos tempos atuais. É uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro. (...) Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. (...) A riqueza de formas das culturas e suas relações falam bem de perto a cada um de nós, já que convidam a que nos vejamos como seres sociais, nos fazem pensar na natureza dos todos sociais de que fazemos parte, nos fazem indagar sobre as razões da realidade social de que partilhamos e das forças que as mantêm e as transformam.

Vê-se, pois, diante da polissemia do termo, que as várias maneiras de entender o que é cultura derivam de um conjunto comum de preocupações que se pode localizar em duas concepções básicas. A primeira preocupa-se com todos os aspectos de uma realidade social. Assim, cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade. A segunda concepção de cultura refere-se mais especificamente ao conhecimento, às idéias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social. Entende-se, neste caso, que a cultura diz respeito a uma esfera, a um domínio da vida social. Nesse sentido, acrescenta Santos (2000, p. 44) que cultura é

[...] uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como por exemplo se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe.

Do acima exposto, compreende-se que diante dos múltiplos sentidos atribuídos ao termo cultura, percebe-se que não é possível falar em cultura no singular, mas sim, em culturas, no plural. Isto porque, toda cultura, em essência, diz respeito às várias maneiras através das quais o homem se relaciona com seus semelhantes na tentativa de construir, simbólica e discursivamente, as várias esferas onde sua vida se desenvolve. Sobre o assunto, Bosi (1992, p. 19) ressalta que:

A cultura dá sentido ao tempo redimindo-o da entropia cotidiana e da morte que cada novo minuto decreta sobre o anterior. A cultura não se confunde com a manipulação direta dos objetos e do outro com fins práticos; a cultura, em si, na sua pureza, e enquanto alheia às instâncias de poder que dela se apropriam, significa o respeito pela alteridade das criaturas, pela sua transcendência, o desejo de ultrapassar os confins do próprio ego, e vencer com as forças da alma as angústias da existência carnal e finita.

Por fim, vale afirmar que a cultura deve ser vislumbrada como um sistema de significações a partir do qual uma dada ordem social se dissemina, se reproduz, se vivencia e se preserva. Da mesma forma como criou sistemas de significações, o homem criou instituições cujo objetivo gira em torno de preservar, administrar e disseminar os vários produtos oriundos de sua tradição, convertendo-os em lugares representativos de seu repertório simbólico.

Nesta perspectiva, as igrejas, as escolas, os sindicatos, os museus, os arquivos e as bibliotecas certamente se posicionam como as de maior visibilidade, tendo em vista serem espaços nos quais a “[...] cultura mostra sua face universalizante, de tradição e continuidade, e também onde se vive de maneira concreta as ações e representações de cada um e de todos, origem e destino de toda cultura autêntica” (MARTELETO, 1992, p. 11).

4.2 Ação Cultural

Sabe-se que a biblioteca pública nasceu com o objetivo principal de educar. Contudo, aos poucos, necessário se fez que ela buscasse interagir de forma mais efetiva com seus usuários, passando a estimular sua comunidade ao hábito da leitura, surgindo daí novas funções, a exemplo da recreacional (ou de lazer), cultural e informacional.

Atualmente, além de sua função de difundir o conhecimento, seu papel também é o de promover ações culturais, colocando em prática atividades que dinamizem a cultura. Logo, as bibliotecas públicas se constituem em um importante meio de se adquirir conhecimentos, assim como de afirmar a cultura de seus usuários, uma vez que é através dela que a população tem acesso aos bens culturais.

Vale ressaltar, contudo, que cabe ao setor público elaborar políticas públicas que priorizem os aspectos culturais e uma das maneiras de se investir em cultura é sem sombra de dúvidas incentivar o uso da biblioteca, pois elas são um importante meio de se adquirir conhecimento, de afirmar a cultura dos seus usuários, proporcionando à população o acesso necessário aos diversificados bens culturais.

De acordo com Pereira (2002, p. 9), “[...] estratégias bem elaboradas são fundamentais para que o público crie seus próprios meios e participe de maneira ativa da dinamização cultural local”. Acrescenta o autor, que a biblioteca pública: “[...] deve ser o lugar onde os produtos de cultura (...) possam criar núcleos de produção, de debate, de crítica, de divulgação de suas experiências (...) e de análise de informação cultural vistas como conhecimento”.

Contudo, para que isso seja possível, é preciso que se articulem ações culturais dentro das bibliotecas públicas, estimulando a reflexão, o debate e a criação intelectual, tendo como base as informações úteis para a obtenção do conhecimento encontrado dentro da própria biblioteca. Somente dessa forma será possível atender as necessidades culturais dos cidadãos, melhorando seu nível de reflexão e sua qualidade de vida.

Vê-se, assim, na atualidade, que à biblioteca pública cabe oferecer aos usuários, não somente aqueles da comunidade local, mas também ao visitante de outras localidades, ações culturais diversificadas. Mas, o que vem a ser ação cultural? Segundo Sánchez Rodrigues (1984) apud Oliveira e Zen (2007, p. 5), ação cultural

[...] é um conjunto de técnicas sociais que, baseadas na pedagogia participativa tem por finalidade promover práticas e atividades voluntárias que, com a ação ativa dos indivíduos, desenvolve-se em sendo de um grupo ou comunidade determinada, e se manifesta nos diferentes âmbitos do desenvolvimento da qualidade de vida. Trata-se, portanto, de um processo que implica mudanças internas no indivíduo.

De acordo com Pereira (2002, p. 17), ação cultural é um processo onde não há um fim preestabelecido. Nesse processo, o agente cultural tem a função de proporcionar aos indivíduos envolvidos condições para que os mesmos avancem em direção aos seus ideais. Sobre a ação cultural e agente cultural, Pereira afirma ainda que a ação cultural “[...] permite aos envolvidos a criação intelectual, a troca de informações e a discussão sobre temas, mas isso só é possível com o auxílio de um agente cultural, que fornece subsídios para os outros criarem”.

Coelho Neto (2001, p. 10-11), por sua vez, define

[...] a ação cultural além de definir-se como área específica de trabalho, ensino e pesquisa, começou a constituir-se num conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural – ou sua ausência, como é mais comum entre nós... – de modo a promover digamos, uma distribuição mais eqüitativa da cultura, de suas apregoadas benesses.

Fazendo um estudo comparativo entre as bibliotecas tradicionais e as bibliotecas que realizam ações culturais, Flusser (1980, p. 137) afirma que a biblioteca-ação cultural é uma biblioteca verdadeiramente pública, trabalhando para a comunidade, tornando-se da própria comunidade, não correndo o risco de ser rejeitada. Segundo ele,

A biblioteca-ação cultural não é implantada, mas surge de um processo de emergência cultural vindo “de dentro”, ela não corre o risco de ser rejeitada, pois ela responderá as reais aspirações de sua comunidade. Não será mais uma biblioteca para a comunidade, mas uma biblioteca da comunidade.

Já Almeida Júnior (2003, p. 94) enumera os serviços diferenciados dos tradicionais conhecidos, como empréstimo e consulta, que podem ser oferecidos pelas bibliotecas públicas ligados a atividades culturais, que são denominados por bibliotecários de: animação cultural, ação cultural ou animação de leitura. Os serviços informados pelo autor são: a) Hora do

conto; b) Poesia (concurso, oficina etc.); c) Teatro (apresentação de peças, criação de grupos); d) Audição musical; e) Cinema; f) Televisão; g) Jogos educativos; h) Jogos recreativos; i) Exposições; j) Concursos; k) Filatelia; l) Numismática; m) Museu de rua; n) Cursos de arte (pintura, escultura, recortes em papel, modelagem, gravuras etc.); o) Debates; p) Palestras; q) Oficinas (workshops); r) Jornais (edição desenvolvida pelos usuários); s) Gincanas (culturais, com fins de socialização); t) Campeonatos (xadrez, jogos de carta, dama, videogame, etc.); u) Caça ao tesouro; v) Eventos relacionados a um determinado acontecimento (eleições diretas, derrubada do presidente etc.).

De acordo com o autor, essas atividades culturais podem trazer resultados tão ou mais importantes que as pesquisas individuais dos usuários, pois as palestras, os cursos, as exposições, os debates, etc., proporcionam atividades em grupo, permitindo que posições opostas e conflitantes sejam discutidas e debatidas. Segundo ele,

Exposições, mostras etc., por exemplo, podem intercalar informações contraditórias através de inúmeros e variados suportes. O entendimento das informações aí contidas, não passa, necessariamente, pela habilidade prévia da leitura, entendida aqui em seu sentido mais amplo. Esse tipo de trabalho pode ser chamado de ação cultural na biblioteca, desde que a comunidade participe efetiva e ativamente desses trabalhos, conseguindo através deles e na biblioteca um espaço para sua expressão (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 102).

No que se refere ao agente cultural, de acordo com Coelho Neto (2001, p. 58), este é quem deve iniciar o processo da ação cultural, sem prever ou controlar seu fim. Trata-se de uma prática cujas etapas também não ocorrem de forma clara no momento em que se inicia a ação. Não deve haver autoritarismo, dirigismo ou paternalismo por parte do agente. O processo de ação cultural se resume em organização e criação de condições necessárias para que os indivíduos envolvidos criem seus próprios fins, tornando-se dessa forma os próprios sujeitos da ação cultural, sujeitos da cultura.

Nessa discussão, acrescenta Pereira (2002, p. 17), mais que educar indivíduos, a ação cultural busca a “[...] criação intelectual, a troca de informações e discussão sobre o tema”. Acrescenta Coelho Neto (2001, p. 33-34), que a proposta é que se utilize na ação cultural “[...] o modo operativo da arte - livre, libertário, questionador, que carrega em si o espírito da utopia - para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por um cotidiano fragmentante”.

Além disso, vale acrescentar que a ação cultural deve se distanciar de atividades culturais onde os indivíduos participantes assistem, de forma passiva, o que lhes é apresentado. De acordo com Milanesi (1997, p. 168):

Isso é próprio das atividades de manutenção e conservação culturais e do processo de mão única (emissor/receptor) como se conhece. O centro de Cultura não é, pois, um local onde os indivíduos se ajustam a determinadas formas e se apaziguam, se conformam, evadindo-se do mundo, acomodando a personalidade e as emoções.

Nas atividades de ação cultural, os participantes devem realizar uma observação crítica e reflexiva do produto, interpretando-o e reinventando-o. Para que isso seja possível, é fundamental que haja uma contínua renovação e diversidade do conhecimento oferecido a esses participantes, cabendo às bibliotecas públicas promover essas atividades, uma vez que o maior objetivo de uma ação cultural é reunir um público mais heterogêneo possível, para que, por meio da ação, os tornem, naquele momento, indiferenciados, homogêneos. O primordial é que a ação cultural proporcione ao grupo possibilidades de superar as divisões sociais “[...] em busca do humano supraclasse, se isso for possível” (MILANESI, 1997, p. 171).

Em resumo, entende-se a ação cultural como uma operação sociocultural, como nos aponta Coelho (2001, p. 42):

[...] uma concepção mais radical de ação cultural, e acaso mais digna, é a que aposta na tese segundo a qual o objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta. Este talvez seja o único meio de se chegar, se é que se chega, a uma construção estável, capaz de auto-alimentar-se, firmada em bases reais e que não se desmorone tão facilmente.

Percebe-se, pelo enunciado acima, que a ação cultural não busca construir uma nova sociedade, transformá-la em algo recriado, mas sim, proporcionar aos seus participantes um meio para que esses possam apossar-se de si mesmos.

4.3 Ação Cultural Bibliotecária

Ao longo da História, Coelho Neto (2001, p. 35) identificou três momentos distintos da ação cultural. No primeiro, século XIX, diz ele que não se pode chamá-la rigorosamente de ação cultural como se entende hoje. Na verdade, tratava-se de um momento oposto à ação. A instituição. Foi o período de criação do museu, que naquela época era voltado para o acervo. Para o armazenamento de suas obras, com o intuito predominante de preservá-las e, ao mesmo tempo, “preservar os ‘bens culturais’ da humanidade” (COELHO NETO, 2001, p. 35).

O segundo momento, ocorrido a partir da Segunda Guerra Mundial, já é possível se falar a respeito de ação cultural com maior propriedade. Trata-se do momento em que as instituições passam a voltar-se também para o seu público, “[...] para as pessoas que entram em contato com a cultura e a arte” (COELHO NETO, 2001, p. 38). É o momento em que se iniciam os estudos de públicos em museus. De acordo com o autor, “[...] a atenção se desvia da obra para o homem, entendido como fazendo parte de um grupo ou de uma comunidade. A visão patrimonialista da cultural se enfraquece um pouco e abre espaço para o que se convencionou chamar de abordagem social da questão cultural” (COELHO NETO, 2001, p. 38).

O último momento é identificado por Coelho Neto (2001, p. 38) como o final dos anos 1960. Trata-se de um momento histórico de grande peso e revolta entre os jovens contra uma sociedade que se deleitava precocemente sob um suposto período de abundância; e também contra outra parcela dessa mesma sociedade que se prendia a ideais sociais, já vistos no período como ultrapassados (como exemplos, os do marxismo-leninismo e os do comunismo soviético). Nesse momento, a preocupação dos espaços culturais não se voltará apenas para a arte e para o coletivo. É nesse terceiro momento que surge a preocupação com o indivíduo.

Para Coelho e Neto (2001, p. 39-40), estes momentos foram marcados por duas tendências: a primeira, voltada para a obra sem preocupação com o ser humano; o segundo e o terceiro, há uma abertura ao coletivo e ao individual, mostrando que os indivíduos é que são sujeitos da ação. A ação cultural precisa ser transformadora de consciências.

No Brasil, somente a partir da década de 1970, é que se vislumbram discussões a respeito das bibliotecas populares, visando o atendimento aos menos favorecidos socialmente. A respeito da trajetória da biblioteca pública no País, Rabello (1987, p. 25) comprova as contradições de seu papel na sociedade, ou seja, apesar de ter um objetivo igualitário para todas as camadas sociais, na prática, “[...] a biblioteca pública se ligou, ideologicamente, aos

que tradicionalmente detinham o poder econômico e constituíam a minoria de nossa população, opondo-se aos novos tempos de igualdade e democracia".

Somente a partir desse momento é que os profissionais passaram a refletir sobre o desenvolvimento de um trabalho na perspectiva da ação cultural, chegando à conclusão da emergência de que a biblioteca tradicional tivesse seus objetivos e funções redefinidos, tornando-se um espaço aberto, de diálogo e, sobretudo, de convivência, um verdadeiro ponto de convergência para propiciar as manifestações culturais em todas as suas formas de expressão.

Por via de consequência, a ação cultural bibliotecária é uma prática recente, havendo poucas experiências vivenciadas e registradas na literatura biblioteconômica. Mesmo em nível de discussão, poucos são os debates levantados sobre o assunto por se tratar de uma atividade incipiente na biblioteconomia, em fase exploratória e de experimentação. A esse respeito, Cabral (1998, p. 39) diz que:

A ação cultural é um rico campo de atuação que oferece ao bibliotecário inúmeras opções de atividades a serem desenvolvidas nas bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e centros culturais, sendo indiscutível sua importância tanto no sentido de dinamizá-las como de alavancar o processo de produção cultural no âmbito dessas instituições e da sociedade. No entanto, apesar de ser considerada uma área extremamente atraente e instigante por esses profissionais, verifica-se pouco interesse e desestímulo de sua parte, no sentido de exercerem efetivamente as funções de agentes culturais, supondo-se que se sintam despreparados e/ou inseguros para assumirem tal tipo de trabalho. Talvez uma das razões principais seja a pouca informação dos bibliotecários com relação à ação cultural, haja vista a escassa literatura produzida na área. Por ser uma prática nem sempre usual em bibliotecas públicas e escolares brasileiras, conta com pequeno número de experiências registradas e publicadas em periódicos científicos; deste modo, a reflexão teórica sobre a ação cultural bibliotecária é ainda incipiente, carecendo de mais esforços de pesquisa para fazer avançar o desenvolvimento conceitual relativo à área.

Além de sua dimensão educativa, a ação cultura também possui uma dimensão política, na medida em que está revestida de um caráter transformador, que visa operar mudanças na realidade. Sobre o assunto, Cabral (1998, p. 39) diz ainda que: "Assim, ao fazer sua opção para atuar como agente cultural, o bibliotecário deve dar início a um processo de ação cultural emancipatória, de conteúdo ideológico, que propicia emergência das manifestações culturais do público infantil e adulto".

Vale acrescentar, ainda, de acordo com Cabral (1998, p. 39), que na ação cultural, os agentes culturais devem desenvolver um trabalho diretamente e em conjunto com os grupos,

numa relação dialógica, isto é, penetrar no universo do saber popular e dialogar com ele, trocando experiências. No entanto, para que isso seja possível, é necessário contar com bibliotecários com mentalidade inovadora e criativa, abertos à reformulação ou adaptações de práticas antigas e dispostos a constantemente buscar e testar metodológicas alternativas que possam adequar-se às peculiaridades e especificidades de cada contexto, de modo a alcançar os valores da própria emergência de uma autêntica cultura popular em oposição à cultura dominante (nacional e estrangeira).

Em geral, o trabalho de ação cultural bibliotecário que vem se efetivando na prática tem se dado no âmbito de movimentos comunitários, tendo como ponto de partida a realidade concreta e as vivências individuais e coletivas dos membros da comunidade, buscando uma estreita ligação com o meio em que se desenvolve. Numa forma de participação democrática, os agentes culturais bibliotecários e os grupos aproveitam os recursos disponíveis e as potencialidades e valores da própria comunidade.

Portanto, pode-se afirmar que a finalidade maior da ação cultural é desenvolver o processo de criação, favorecendo meios para que os indivíduos sejam criadores e façam suas próprias escolhas, ou seja, tenham autonomia no desenvolvimento de novos conhecimentos. Para isso, em sua prática cultural, necessário se faz que o profissional bibliotecário lance mão da imparcialidade, ou seja, mesmo como agente cultural, este deve se limitar somente na criação de condições, evitando interferências, como ideias e sugestões, devendo agir somente como mediador no processo de transformação.

4.4 O Bibliotecário como Agente Cultural

Esclarecidos o que vem a ser ação cultural, sua importância e características, passa-se agora a discorrer sobre o profissional que promove a ação cultura nas bibliotecas - o agente cultural.

Vale lembrar, contudo, como visto anteriormente, que a preferência pelo método da ação cultural bibliotecária deveu-se à sua melhor adequação de uso junto às comunidades em foco, de forma a buscar sua participação na análise de sua própria realidade. Nesse sentido, a prática da ação cultural bibliotecária deve nortear-se a partir de uma definição de cultura, que tomada como referencial, irá progressivamente delineando as formas de o profissional conduzir o seu trabalho e os públicos que querem atingir com sua ação.

A ação cultural bibliotecária que vem se efetivando na prática tem se dado no âmbito de movimentos comunitários, tendo como de partida a realidade concreta e as vivências individuais e coletivas dos membros da comunidade, buscando uma estreita ligação com o meio imediato em que se desenvolve.

Diante disso, o agente cultural bibliotecário deve ser um profissional capaz de entender quais serão os mecanismos empregados na sua atuação junto ao grupo de indivíduos envolvidos na ação cultural. A ele cabe possibilitar ao grupo o exercício da criatividade. Para que isso seja possível, o agente deve ser capaz de conhecer as diferentes possibilidades de linguagens e de equipamentos de que pode se utilizar. E por esse motivo deve equacionar sua presença e intervenção junto ao grupo, ou indivíduo, de forma que não altere a natureza, ou autenticidade do processo.

De acordo com Coelho Neto (2001, p. 57-58), “[...] não se trata de dirigir o processo (...), mas de criar as condições para que as pessoas se dirijam”. Para que isso seja possível, é necessário que o agente cultural saiba reconhecer a importância da função que exerce. Nesse sentido, o objetivo do agente será dar possibilidades para que os indivíduos envolvidos reflitam e produzam seus próprios conhecimentos. O agente cultural é o responsável por planejar e coordenar todo o processo da ação cultural.

Sobre o assunto, segundo Ribeiro e Cunha (2006, p. 6):

A ampliação do conceito de ação cultural revela que o indivíduo ao ser atraído para uma biblioteca deveria encontrar um mundo de atividades em que ele pudesse criar as suas próprias idéias, tirando suas próprias conclusões sobre o tema apresentado. A partir daí esse indivíduo passa a ser um cidadão que conhece seus direitos e deveres para com a comunidade.

Mas percebe-se que a biblioteca se tornou passiva diante da população e não produz mecanismos para atrair a camada mais pobre da sociedade, atendendo apenas a escolares e deixando, por exemplo, o público adulto, as donas de casa e os não alfabetizados fora do processo de educação dentro do espaço da biblioteca.

Contudo, após analisar as ações bibliotecárias postas em práticas por alguns bibliotecários de bibliotecas públicas da cidade de Salvador/BA, observam as autoras acima que:

Os bibliotecários que praticam essas atividades sabem que têm um compromisso importante com o desenvolvimento da ação cultural nas bibliotecas públicas, mas na prática acabam realizando atividades com que já estão acostumados, ou que talvez sejam mais práticas e cômodas para os bibliotecários, isto é, a animação cultural. A animação cultural não é ruim em si mesma, mas também não é o tipo de ação que conscientiza o indivíduo. A falta de conhecimento sobre ação cultural talvez faça com que os bibliotecários sejam passivos nessa atividade. O êxito na atividade profissional está em saber conciliar as exigências de uma determinada população com os serviços oferecidos e as ações desencadeadas (RIBEIRO; CUNHA, 2006, p. 6-7).

No entanto, no que se refere à tentativa de exercício da ação cultural e aos limites impostos pelos órgãos superiores que definem as diretrizes das bibliotecas públicas a partir de programas político-partidários, na sua maioria restritivos, escreve Silva (1991, p. 63) que:

Outro jogo conflitivo é o caráter inconciliável da relação cultura e burocracia, relação vivida de forma explícita por indivíduos que atuam em instituições governamentais. Cultura é a liberdade lutando contra a burocracia, que é a rigidez. A ação cultural da biblioteca pública fatalmente encontra as fronteiras cristalizadas da burocracia. Entretanto, não existem regras facilitadoras, só a vivência da prática é que mostra os caminhos possíveis. Eles são muitos e não têm atalhos, pois as etapas não podem ser queimadas.

Acrescenta Silva (1991) afirmando que, apesar dos entraves dos programas políticos para com a prática da ação culturais nas bibliotecas públicas, estas vêm se multiplicando e rompendo com antigos modelos. Na atualidade, mesmos que aos poucos, tem início um caminhar que se move quase que exclusivamente pela criatividade e interesse de certos indivíduos:

A ação cultural é incomodativa e para bibliotecários não acomodados, muitos não sobrevivem. O trabalho é um desafio, o salário, na maioria das vezes, não é compensador, ocorre que não existem cargos bem remunerados em todas as bibliotecas do país, logo, sempre existirão muitos bibliotecários atuando em bibliotecas públicas. Para esses bibliotecários existem duas

possibilidades, ou eles exercitam propostas inovadoras, ou continuam vigiando o silêncio, e neste caso, no final de suas carreiras terão a sensação de que perderam o bonde da história (SILVA, 1991, p. 63).

Por fim, vale acrescentar que o bibliotecário é o profissional que tem o papel de centrar sua prática no desenvolvimento da formação cultural dos usuários, uma vez que a importância da prática da ação cultural nas unidades de informação explica-se pela contribuição educativa, pois permite aos usuários a formação de uma identidade cultural, que é um elemento fundamental para a constituição do cidadão e também uma maneira de difundir a instituição para a sociedade.

Além disso, ele é o caminho que possibilita uma participação mais efetiva da comunidade com a biblioteca, representando a oportunidade para milhares de pessoas conhecerem seus direitos e deveres, pois só assim será possível a diminuição das desigualdades sociais existentes na sociedade atual.

4.5 O Projeto “Hora do Conto”

4.5.1 O local de realização

A instituição escolhida para a realização desta pesquisa foi a Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva. A razão da escolha deste local deve-se ao fato da acessibilidade da pesquisadora a mesma, visto que já realiza estágio na instituição. Outro fator relevante foi o fato de a pesquisadora manter uma relação empática com o público-alvo participante, mantendo contato com os mesmos no dia-a-dia, uma vez que é uma das contadoras de histórias da biblioteca.

Antes de prosseguir com o relato das experiências, necessário se faz, mesmo que em linhas gerais, traçar um histórico da biblioteca, bem como de sua estrutura física. Fundada em 1959, ainda com o nome de Biblioteca Municipal de Aracaju, na administração do prefeito José Conrado de Araújo (1959/1963), só entrou em funcionamento em 31 de janeiro de 1961, quando recebeu o nome de Clodomir Silva, em homenagem ao intelectual sergipano. É vinculada à Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes (Funcaju) e está localizada à Rua Santa Catarina, n.º 314, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE, funcionando de segunda à sexta-feira, das 8 às 22 horas, além dos sábados, domingos e feriados, das 9 às 13 horas.

Seu público alvo é bastante diversificado, vindo dos mais diversos bairros da capital e de cidades da Grande Aracaju. Atende em média 200 pessoas por dia, entre elas, estudantes do ensino fundamental, médio e superior, professores, assim como crianças, donas de casa e idosos que vão em busca de informação, cultura e entretenimento.

O principal objetivo da Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva é promover o desenvolvimento socioeducativo e cultural da população, sendo ela caracterizada como uma biblioteca de referência da comunidade aracajuana. Está estruturada de forma semelhante às grandes bibliotecas, composta pelos seguintes setores: Acervo Geral, Acervo Circulante, Periódicos, Braille, Cordelteca, Infanto-Juvenil, Memorial Clodomir Silva, Sociedade Amigos da Biblioteca e Seção de Extensão e Ação Cultural.

Figura 1: Fachada lateral da Biblioteca Clodomir Silva, Aracaju/SE.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.

Figura 2: Fachada frontal da Biblioteca Clodomir Silva, Aracaju/SE.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.

4.5.2 A descrição do projeto

O Projeto “Hora do Conto” foi idealizado em 2003 com o propósito de atrair mais leitores para a instituição, bem como despertar o prazer por esta tão relevante ação, que é a leitura, fazendo uso, para tanto, da contação de histórias. Foi criado pela então diretora da época, Sônia Carvalho, e pela bibliotecária, Ivany Braz de Jesus Oliveira, que atua até hoje como contadora de histórias. É executado às terças e quintas-feiras, pela manhã, das 9 às 12 horas, e à tarde, das 14 às 17 horas.

Como justificativa para sua criação, partiu-se do princípio de que, a cada vestibular realizado, os resultados da prova de redação não eram satisfatórios, levando as autoras a constatarem que os jovens não sabiam escrever. Nessa linha de raciocínio, se uma pessoa estuda, no mínimo, 11 anos para prestar vestibular, tempo esse suficiente para que tenha aprendido a escrever adequadamente, constatarem elas que a realidade não tem demonstrado isso. Porém, segundo as autoras, mesmo diante da gravidade da situação, existem soluções (GÓES; OLIVEIRA, 2013).

Desta forma, tomando por base os ensinamentos dos professores Antônio Carlos Viana, Ana Valença, Denise Porto Cardoso e Sônia Machado, autores do livro “Da palavra ao texto”, constatarem as autoras de que o livro seria a chave para resolver a questão da falta de desenvolvimento da escrita. Porém, questionaram-se: de que adianta ter a chave e não saber manuseá-la? Os livros estão ao alcance das crianças e adolescentes, nas escolas, nas bibliotecas, mas eles não são motivados a lê-los. Esta, pois, a importância do projeto “Hora do Conto”, já que pretende, de forma prazerosa, através da contação de histórias, despertar o interesse do público para as grandes descobertas que a leitura proporciona, mostrando-lhe que é só “girar a chave e abrir a porta para fazer parte deste mundo fantástico, o livro”. Assim, bons leitores poderão ser formados e terão amplas possibilidades de se tornarem também bons escritores.

No que se refere ao público-alvo, o projeto, inicialmente, foi pensado para o atendimento de estudante das redes públicas municipal, estadual, federal e particular. Durante os últimos anos, o projeto foi aprimorado pela instituição, sendo ampliado para o atendimento, também, a jovens, adultos e idosos.

Quanto ao seu funcionamento, seria desenvolvido por tempo indeterminado, nos turnos matutino e vespertino, cujas sessões de contação de histórias seria realizadas pela

coordenadora do Setor Infanto-Juvenil, bem como por parcerias, outros contadores de histórias e/ou por escritores de literatura infanto-juvenil.

No que diz respeito aos objetivos e recursos materiais, o objetivo geral do projeto é realizar uma série de contação de histórias no Setor Infanto-Juvenil, e como objetivos específicos, dinamizar o setor, despertar em crianças e adolescentes o prazer pela leitura, formar leitores infanto-juvenis, incentivar o hábito da escrita e valorizar os autores sergipanos. E como recursos materiais, obras da literatura infanto-juvenil, microfone e aparelho de som.

Dentre as obras da literatura infanto-juvenil escolhidas para subsidiar as sessões de contação de histórias, destacam-se: “A Boneca de pano” – Rubem Alves; “A festa da fada” – Telma Guimarães Castro Andrade; “A formiga e a neve” – João de Barros (Braguinha); “A galinha ruiva” – Elza Fiúza; “A gata borralheira” – Contos dos Irmãos Grimm; “A margarida friorenta” – Fernanda Lopes de Almeida; “A pílula falante” – Monteiro Lobato; “A vida de palito é fogo” – Edmilson Lima; “As aventuras do bonequinho de banheiro” – Ziraldo; “As jabuticabeiras” – Monteiro Lobato; “Sentida bailarina” – Amy Young; “Bia e Beto vão ao pediatra” – Luciana Altenfelder; “Bom dia, todas as cores” – Ruth Rocha; “Chora não...” – Sylvia Orthof; “Como nasceu a alegria” – Rubem Alves; “Confusão no São João” – Cecy Ramos Costa Bahia; “Curupaco, pato e tal, quero ir pra Portugal!” – Sylvia Orthof; “Eu fico é segurando o meu nariz” – Gerson Murilo; “Gato que pulava em sapato” – Fernando Lopes de Almeida; “Girassóis” – Caio Fernando Abreu; “Marcela magrela” – Isabel Cristina F. Guerra; “Mikaikaka” – Hildebrando Pontes Neto; “Miúcha gorducha” – Isabel Cristina F. Guerra; “Na casa velha da praia” – Camila Cerqueira César; “Narizinho arrebitado” – Monteiro Lobato; “O curumim que virou gigante” – Joel Rufino dos Santos; “O dia em que o Sol sumiu” – Álvaro Cardoso Gomes; “O gato que perdeu a cor” – Genevieve; “O grande rabanete” – Tatiana Belink; “O guaraná” – Histórias e Lendas do Brasil; “O menino maluquinho” – Ziraldo; “O patinho feio” – contos de Andersen; “O príncipe e a camponesa” – Telma Costa; “O rouxinol” – contos de Andersen (tradução de Mary França e Eliardo França); “O verde brilha no poço” – Maria Colasanti; “Ou isto ou aquilo” – Cecília Meireles; “Rabito e Rabão” – Marina Monteiro Cardoso; “Rolim” – Ziraldo; “Sementinha de abóbora” – Telma Costa; “Além do arco-íris” – Gustavo Aragão; “Os encantos de uma floresta” – Gustavo Aragão; “O mundo mágico” – Gustavo Aragão.

4.5.3 Entrevistas realizadas

Para um melhor esclarecimento a respeito do Projeto “Hora do Conto”, no que se refere à sua concepção, implementação e prática, foram realizadas entrevistas com as bibliotecárias Ivany Braz de Jesus Oliveira, idealizadora e contadora de histórias, Maria José Andrade de Jesus, coordenadora de Extensão e Ação Cultural da Biblioteca Clodomir Silva, e Fátima Góes, diretora da referida Biblioteca.

Ao entrevistar as senhoras acima elencadas, vê-se que o Projeto “Hora do Conto” surgiu como uma forma de incentivo à leitura no interior da Biblioteca Municipal Clodomir Silva, de forma lúdica. Segundo a diretora da instituição, a bibliotecária Fátima Góes, ele é um projeto que já possui uma história e vem sendo apoiado e melhorado a cada novo ano. Também deixa clara sua participação no processo, uma vez que esse projeto hoje é o carro-chefe das outras atividades desenvolvidas nessa biblioteca. Segundo ela:

Este projeto surgiu em 2003 e a cada ano tem seus objetivos alcançados desde que eu assumi a direção. *Surgiu para despertar o gosto pela leitura através da contação de histórias.* Tenho me esforçado para melhorar o projeto dando apoio a seus integrantes, despertando o prazer da contação de histórias como incentivo à leitura (...) (GÓES, 2013). (Grifos nossos)

[...] Acompanho o projeto para qualquer lugar que ele for solicitado e também acompanho as contações de histórias no próprio espaço da biblioteca e participo de todos os eventos, me relaciono com todos integrantes do projeto citado (GÓES, 2013).

Segundo a bibliotecária e idealizadora, a bibliotecária Ivany Braz de Jesus Oliveira (2013):

O Projeto “Hora do Conto” surgiu com a intenção de incentivar o prazer pela leitura e também trazer de volta as contações de histórias que nossos pais, avós faziam embaixo das árvores, alpendres, já que nos dias atuais, a tecnologia afastou as crianças do contato diários com os livros (...). Além disso ele forma melhores leitores, porque eles voltam para perguntar do livro, se tem no acervo e leva emprestado para ler. Mas os ouvintes também demonstram interesse pela história (OLIVEIRA, 2013).

É algo fascinante conviver diariamente com livros, não me conformei em ficar só no fazer bibliotecário e saí do meu conforto para me tornar multidisciplinar, ou seja, ir aonde a imaginação me levar através dos próprios livros (...) (OLIVEIRA, 2013).

Acrescenta também que com o passar do tempo, novas técnicas foram incorporadas, a segurança para transitar na área da Ação Cultural Bibliotecária foi aumentando, o que

ocasionou uma transformação na forma da narrativa de histórias clássicas e atuais. A bibliotecária entende ainda que houve uma mudança do próprio público. As crianças que antes não tinham essa prática, hoje interagem de forma mais efetiva.

Quando comecei não tinha a mesma confiabilidade que tenho hoje, cada ano que passa vou melhorando, porque leio mais, participo de oficinas com contadores mais experientes e vou melhorando cada dia. O público que comecei não é o mesmo, as crianças estão interagindo melhor (OLIVEIRA, 2013).

Já a também bibliotecária e organizadora de eventos culturais da Biblioteca Clodomir Silva, a senhora Maria José Andrade de Jesus, ao falar do projeto aponta os pontos positivos e negativos em relação à *Hora do Conto*:

O Projeto “Biblioteca na praça (Hora do Conto): um convite a leitura”, onde os participantes podem levar parte dos acervos da biblioteca para as praças públicas, aproximando a leitura da população. (...) como pontos positivos vejo que resgata valores, incentiva a leitura e ainda aproxima a sociedade da Biblioteca. Os aspectos negativos é não ter recursos para elaborar novos projetos. Digo isso porque minha contribuição é na organização dos eventos culturais, elaboração de programação cultural, agendamento das instituições para os referidos eventos (...) (JESUS, 2013).

Dentre os pontos negativos apontados pelas profissionais bibliotecárias, pode-se citar: O espaço inadequado. Para elas há necessidade de um maior espaço, refrigerado e com os materiais de trabalho completamente acessíveis a todos que frequentam o projeto; investimentos na qualificação profissional. Segundo Maria José Andrade (2013):

Falta investimentos na qualificação dos contadores de histórias, suportes tecnológicos para facilitar as contações e recursos para participantes de congressos fora do estado.

Também Ivany Braz ao reafirmar a importância do projeto diz que não há condição de formar melhores leitores, por questões de espaço físico e falta de recursos e afirma categoricamente “é preciso melhorar a refrigeração porque a tarde é muito quente e muito abafado”. Também citado pela direção é a falta de recursos. Mas, segundo a diretora em momentos de maior necessidade recorre a Fundação de Cultura de Aracaju e busca recursos para adquirir material necessário à continuidade dos projetos e em especial da Hora do Conto, carro-chefe da programação cultural da Biblioteca Clodomir Silva. Quanto a essas questões coloca:

Sim, sempre há empecilho. As vezes não temos os materiais que precisamos. Mas tento contornar esse problema buscando junto a FUNCAJU recursos e sempre consigo e executo com sucesso o Projeto “Hora do Conto”. Também são adquiridos de livros infantis, gibis, material para confecções de fantoches e dedoches e demais recursos para a contação de histórias (GÓES, 2013).

Contudo, na fala das entrevistadas também se percebe dois aspectos: o primeiro - que o Projeto “Hora do Conto” para além de estímulo à leitura, também repercute diretamente na imagem da Biblioteca Clodomir Silva perante a sociedade. Segundo Ivany Oliveira, o projeto atingiu seu propósito, pois com ele houve um maior “reconhecimento da Biblioteca, a procura pelo espaço para estudos, o empréstimos de vários livros” (OLIVEIRA, 2013). O segundo aspecto, é que as bibliotecárias entrevistadas, pelo menos no discurso, não concebem conscientemente, embora executem, a Ação Cultural Bibliotecária como uma atividade inerente ao fazer bibliotecário. Para elas, o trabalho é fundamental para formação do homem e do leitor, mas, visto como estímulo cultural e não como atividade que deve estar cada vez mais presente no interior das bibliotecas servindo de atrativo à sociedade a exemplo da fala da idealizadora do projeto e da coordenadora de eventos. Para Ivany Braz:

Eu não saberia realizar hoje o serviço básico de um bibliotecário propriamente dito. Me *sentiria desatualizada, teria que reaprender tudo*. Me sinto realizada na contação de histórias. *A cada contação de história eu aprendo com as crianças, com o público em geral. Ninguém me conhece como bibliotecária e sim como contadora de história* (JESUS, 2013). (Grifos nossos)

Eu trabalho na parte de realização dos projetos. *Minha contribuição é na organização dos eventos culturais, elaboração de programação cultural, agendamento das instituições para os referidos eventos*. Estou longe do que a profissão de bibliotecário realiza. Aqui meu trabalho é outro (JESUS, 2013). (Grifos nossos)

4.5.4 Percepção da autora e análise das entrevistas

Desde setembro de 2012, fui contratada pela Prefeitura Municipal de Aracaju/Secretaria Especial de Cultura Fundação Cultural Cidade de Aracaju, como estagiária, sendo lotada na Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, a fim de que desenvolvesse minhas atividades como contadora de histórias, no Projeto “Hora do Conto”.

O projeto já estava em plena atividade desde 2003, ano de sua criação, porém entre conversas com a bibliotecária, fui percebendo uma certa falta de incentivo por parte do órgão

municipal ao qual a biblioteca é ligada, notadamente no que se refere a recursos financeiros e materiais.

Contudo, mesmo assim, as idealizadoras nunca desistiram dos seus objetivos, acreditaram no mesmo, principalmente a Sra. Sônia, amante da cultura e dos livros, que, juntamente com a bibliotecária Ivany, à época da criação, sem muita experiência, mas que procurou, sempre, desenvolver o trabalho nas oficinas de como contar histórias, de forma responsável e séria. Aos poucos, aprimorou suas técnicas e hoje é quem ministra as oficinas de técnicas de contação de histórias.

Aos poucos, apesar da pouca divulgação oficial do projeto, a biblioteca foi sendo descoberta pelos alunos, pelo público em geral e por toda comunidade estudantil, aumentando o número de empréstimos, a procura pelo espaço para estudar, principalmente em época de concurso público. No tocante ao projeto, este foi quem abriu as portas, tornando a biblioteca popular e muito procurada para todo tipo de evento.

Hoje, o Projeto “Hora do Conto”, que era tão insignificante no início, é o carro-chefe entre todas as atividades desenvolvidas na Clodomir Silva, onde a população local quer uma oportunidade para participar dos trabalhos, mesmo na condição de ajudar com as crianças.

Muito ainda precisa ser feito para melhorar o projeto, notadamente no que se refere aos recursos materiais, tecnológicos e físicos, eis que, não dispõe de som, microfone, refrigeração. No ambiente onde são realizadas as contações de histórias, quando o número de crianças é grande, necessário se faz dividi-las em duas turmas, pois além do espaço ser pequeno, é muito abafado, não possuindo uma ventilação apropriada.

Apesar das promessas dos vários diretores que já passaram pela instituição, pouca coisa foi cumprida no sentido de resolver esses pequenos problemas, apesar de todos ficarem encantados com o projeto.

Atualmente, é grande a procura por parte das escolas, tanto das redes municipal, estadual e particular de ensino, em agendar visitas para que seus alunos participem da contação de histórias. Até mesmo pessoas ligadas à área da saúde têm buscado agendar atividades através da contação de histórias com temas que tratem da saúde básica para a população de um modo em geral, a exemplo de como fazer higiene, como comer verduras e legumes, dentre outros.

Porém, no momento, a biblioteca não dispõe de suporte de som, nem mesmo transporte para deslocar os livros, os fantoches, a indumentária e tudo o mais necessário quando a contação de histórias ocorre em outros locais, a exemplo de hospitais infantis,

creches. A falta de uma simples caixa de som e de um microfone fazem com que, em locais amplos, as contadoras tenham dificuldade em serem ouvidas, o que compromete seriamente a audição por parte do público, além de exigir um grande esforço das mesmas, que têm de falar muito alto para serem ouvidas.

Outro aspecto que merece uma maior atenção por parte do órgão municipal responsável pela biblioteca, a Funcaju, é o investimento em cursos para reciclar os profissionais envolvidos no projeto, a fim de que os mesmos melhorem suas técnicas e dinâmicas, participando de cursos de reciclagem, de congressos, afinal, a cada dia, novas técnicas e novas dinâmicas estão surgindo e sendo implementadas em outros estados, portanto, inovar é preciso.

Assim, espera-se que a atual diretora, Fátima Góes, utilize de suas boas relações com o governo municipal, no sentido de melhor equipar a Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, a fim de que o Projeto “Hora do Conto”, carro-chefe da mesma, seja desenvolvido em melhores condições, como maiores recursos, como já dito, materiais, tecnológicos, humanos. Ao mesmo tempo, que firme parceria com a Universidade Federal de Sergipe/Curso de Biblioteconomia e Documentação, a fim de que esta dê um suporte profissional, onde sejam desenvolvidos projetos para pesquisa e incentivo à leitura, fazendo inclusão com o Projeto “Hora do Conto”.

4.5.5 Outros projetos desenvolvidos pela Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva

Além do projeto “Hora do Conto”, a Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva também desenvolve outros, como “subprojetos”, a exemplo de:

- “A biblioteca na praça: um convite à leitura” – Tem o objetivo de divulgar o trabalho e o acervo da Biblioteca Municipal Clodomir Silva em diversas praças públicas da cidade, permitindo à população o acesso aos livros e o desenvolvimento do gosto pela leitura. Além disso, pretende levar os livros e a cultura da leitura para fora do ambiente da instituição, atraindo crianças e adolescentes das redondezas da praça, através de várias atividades, como pintura livre, contação de histórias, a hora do cordel.

- “Hora do cordel” – Criado em 2011, pelo então diretor, Tarcísio Bruno, tem o objetivo maior de resgatar os valores nordestinos e populares e incentivar a literatura em suas diferentes formas, especialmente, divulgar a literatura de cordel em Aracaju. Além disso,

busca tornar mais acessível o acervo de literatura de cordel existente na biblioteca, que leva o nome de Cordelteca;

- “Pintando o sete” – Este projeto tem o objetivo de resgatar a importância do brincar, valorizando, acima de tudo, a integração do grupo. Para tanto, desenvolve atividades voltadas ao desenvolvimento artístico intelectual, utilizando as mais diversas formas de linguagens artísticas, como pintura, desenho livre, artesanato e leitura, desenvolvendo diversas atividades, a exemplo de arte na tenda (desenho livre e pintura com guache), brincando de ator (atividade lúdica com leitura de texto, utilizando recurso teatrais e figurinhas), oficina de arte (ensino de técnicas de pintura, colagem), para ler e brincar é só começar, brincadeiras, cantigas de rodas, jogos, atividades recreativas, leitura e sarau (com periodicidade mensal, é uma das ações culturais que atinge todos os públicos com suas apresentações teatrais, poesia e música);

- “Linguagem, arte e educação” – Este projeto pode ser visto como uma versão de A “Hora do Conto”, só que, ministrado para universitários dos cursos de formação de professores. Realizado desde 2008, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação da professora Dra. Verônica dos Reis Mariano Souza, tem o propósito de despertar no aluno o gosto pela leitura, trabalhando a linguagem enquanto arte. Desta forma, em parceria com os contadores de história da Biblioteca Clodomir Silva, são desenvolvidas oficinas de contadores de histórias com os alunos do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Sergipe, matriculados na disciplina Arte/Educação. Inicialmente, os alunos fazem um levantamento bibliográfico do que deve ser lido, após o qual, escolhem a técnica mais apropriada para cada história. Escolhida a técnica e com um planejamento detalhado fazem uma simulação de cada oficina, apresentando os resultados do trabalho para o público da Clodomir Silva, através da contação de histórias, com o objetivo maior de fornecer as bases para uma leitura criativa e prazerosa. Além disso, o projeto visa preparar o aluno de pedagogia para trabalhar com a língua portuguesa enquanto arte, conscientizando-o da importância da leitura e da formação do leitor e contribuir para a formação do hábito de leitura em crianças e jovens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo o que foi visto, chega-se à conclusão de que o prazer pela leitura deve ser instigado desde a mais tenra idade. Para tanto, é essencial associar esta prática às atividades lúdicas que despertem nas crianças a curiosidade, assim, a contação de história constitui-se em um importante recurso. Logo, pode-se responder, sem medo de errar, que é possível, através dela, estabelecer um vínculo de prazer ao ato de ler. Porém, para que esse objetivo seja alcançado, é necessário que os educadores desempenhem o papel de mediadores de uma prática educativa construtiva e criativa e que considerem e incluam a contação de história como recurso valioso para o incentivo à leitura desde os primeiros anos de vida.

Atualmente, embora seja grande a quantidade de projetos desenvolvidos envolvendo contação de histórias e mesmo com o reconhecimento de sua importância para a educação, o tema ainda não foi tratado com a profundidade que merece, apesar de bastante discutido nos últimos tempos. Nos projetos intitulados “Hora do Conto”, o bibliotecário tem a oportunidade de saber que, para se contar histórias, existem várias técnicas, porém é de suma importância que ele goste do que faz, não esquecendo, também, do lado artístico e cultural da profissão.

Em se tratando especificamente do Projeto “Hora do Conto”, desenvolvido pela Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, e da vivência como uma das contadoras de histórias da instituição, percebeu-se que escutar histórias se constitui no início do desenvolvimento do leitor e no despertar do gosto pela leitura, logo, é o primeiro passo para a formação de um leitor crítico. Mesmo sabendo que a criança, antes de ingressar na escola ou de frequentar uma biblioteca, já vivencia a magia das histórias em seu cotidiano, através de seus familiares, cabe aos contadores de histórias, incluindo-se aqui os bibliotecários, tornar a contação de histórias uma prática interessante e prazerosa, levando o iniciante leitor a querer ouvir e ler histórias cada vez mais.

Com as atividades desenvolvidas no Projeto “Hora do Conto” foi possível perceber resultados significativos tanto para a biblioteca quanto para os usuários. À biblioteca, na medida em que possibilitou um maior incentivo aos seus usuários de frequentar com mais assiduidade. Aos usuários, por participarem mais ativamente das atividades da biblioteca. Logo, pode-se afirmar que o projeto desenvolvido tem alcançado sua finalidade, percebendo-se a prática de uma ação cultural bibliotecária.

No entanto, vale frisar, mesmo com o sucesso alcançado, é preciso que o órgão municipal gestor dê uma maior atenção ao projeto desenvolvido, uma vez que é visível a

carência de recursos. Necessita-se, urgentemente, de equipamentos básicos, como microfone, caixa de som, indumentária, assim como de um espaço mais adequado para a prática da contação de histórias, um veículo para que se possa levar o trabalho a creches, hospitais infantis e outros locais, tanto na capital como em cidades do interior do estado. Do mesmo modo, é preciso que se invista na reciclagem dos profissionais envolvidos, através da participação em cursos, congressos, afinal, o bibliotecário, enquanto agente cultural, é um elemento imprescindível para a manutenção dessa atividade, porém é preciso expandir seus conhecimentos, uma vez que inúmeras são as possibilidades de ações, restando a ele utilizar-se de elementos diversos para diminuir a lacuna estabelecida entre os alunos e os livros. Para isso, é preciso que ele saiba escolher a história certa, preparar o enredo que irá contar, ensaiá-lo, gostar da história que vai contar, cuidar da tonalidade da voz, ser expressivo, elencar quais recursos poderá utilizar, preparar o espaço ideal para que essa contação ocorra com sucesso e de maneira correta. É preciso, ainda, que haja interação com o público ouvinte, estimulando-o a criticar e pensar através de questionamentos e reflexões sobre a história contada, pois só assim se estará praticando uma ação cultural bibliotecária.

Por fim, vale frisar a importância que a prática de ações culturais em bibliotecas possui para a valorização da cultura, mostrando a sociedade que, além das bibliotecas serem um lugar com grande riqueza de informações, podem também se constituir em espaços de entretenimento e diversão. É preciso, pois, que se incentive a cada dia mais a contação de histórias e outras atividades, incluindo-a no plano geral de educação, pois é muito grande sua contribuição, não só em sala de aula, mas nas bibliotecas, afinal, se devidamente aplicada, a prática tem mostrado sua importância para o desenvolvimento social da criança, além de gerar prazer, equilíbrio emocional, levando o indivíduo à autonomia sobre seus atos e pensamentos, uma vez que a realidade tem mostrado que a tecnologia tem afastado os usuários do ambiente físico das bibliotecas, principalmente em se tratando das bibliotecas públicas, que têm como uma de suas funções oferecer à comunidade na qual estão inseridas mais crescimento cultural, uma verdadeira ação cultural bibliotecária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobice. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2004.
- AGUIAR, Antenor. **A magia da arte de contar histórias**. Aracaju: Info Graphics, 2013.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: avaliação de serviços. Londrina: Editora Universidade do Estado de Maringá, 2003.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho Científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- ANTUNES, W. A.; CAVALCANTE, G. A.; ANTUNES, M. C. **Curso de capacitação para dinamização e uso da biblioteca pública**. 2. ed. São Paulo: Global, 2000.
- BARATIN, M.; Christian J. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.
- BELLEI, Sérgio Luiz Prado. **O livro, a literatura e o computador**. São Paulo: Editora da PUC, 2002.
- BELLO, Sérgio Carneiro. Por que devemos contar histórias na escola? In: GIRARDELO, Gilka. (org). **Baú e chaves da contação de histórias**. Florianópolis: Sesc-SC, 2004. p. 156-163.
- BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.19-32.
- BUSATTO, Cléo. **Contar e encantar**: pequenos segredos da narrativa. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CABRAL, A. M. R. Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFGM, 1999. p. 39-45. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/gebe/downloads/106.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- CHEOLA, Maria Laura Van Boekel. Quem conta um conto. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (Org.). **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos; 216).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2004. CD-ROM.

FERREIRO, Emília; PALACIO, Margarita Gomes. **Os processos de leitura e escrita**: novas perspectivas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

FLORES, José V. **Influência da família na personalidade da criança**. Porto: Porto, 1994.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 1980. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 2 jan. 2014

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Lendo a figuratividade da mídia na escola. In: FREGONEZI, Durvali Emílio (org.). **Leitura e Ensino**. Londrina: UEL, 1999.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Fundação Antonio Houaiss, 2001. CD-ROM.

JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, p. 9-17.

KNOBEL, M. **Infância, adolescência e família**. Buenos Aires: Granica, 1972.

MACHADO, Ana Maria. **O hábito da leitura**. São Paulo: Abril. NOVA ESCOLA. Revista do Professor, setembro de 2001.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MATTA, Roberto da. **Explorações**: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos; 110).

_____. **A casa da invenção**. 3 ed. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

OLIVEIRA, Débora Costa; ZEN, Ana Maria Dalla. **Ação cultural em bibliotecas escolares da rede pública de Porto Alegre**. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/> > Acesso em: 5 fev. 2014.

PEREIRA, Eliane Ferreti. **Ação cultural na biblioteca pública**: um estudo comparativo das Bibliotecas Públicas de Ocaçu e de Echaporã. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2002.

RABELLO, Odília Clark Peres. Da biblioteca pública à biblioteca popular. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.19-42, mar. 1987.

RAMOS, Ana Claudia. **Contação de histórias**: um caminho para a formação de leitores? Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011.

RIBEIRO, Andréia S.; CUNHA, Vanda Angélica. **Ação cultural e biblioteca pública, novos caminhos para a educação e o desenvolvimento humano**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 110).

SANTOS, Maria Dulce dos. **Fotografias**. Arquivo pessoal, 2013.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Ação cultural e biblioteca pública**: algumas questões. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991, Salvador. Anais... Salvador: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. Minas Gerais: UFMG, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). **Tipos de bibliotecas**. Disponível em: <<http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>> Acesso em: 5 jan. 2014.

SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. 2 ed. Curitiba: Positivo, 2005.

STAVIS, Jaqueline Cristiane; KOCH, Marta Maria Guerra; DRABIK, Vivian Ribeiro. **Biblioteca escolar ao alcance das mãos**. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-204-TC.pdf>> Acesso em: 14 dez. 2013.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

UNESCO. **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas** (1994). Disponível em: <<http://snbp.bn.br/manifesto-da-unesco-sobre-bibliotecas-publicas/>> Acesso em: 23 dez. 2014.

VELHO, Ângela; ROMÃO, Cristela; PAIS, José Miguel; BATOQUE, Zita Batoque. **Apontamentos para uma brevíssima história de biblioteca escolar**. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt>> Acesso em: 14 dez. 2013.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ANEXOS

**A autora durante sessão de contação de histórias na
Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva**



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



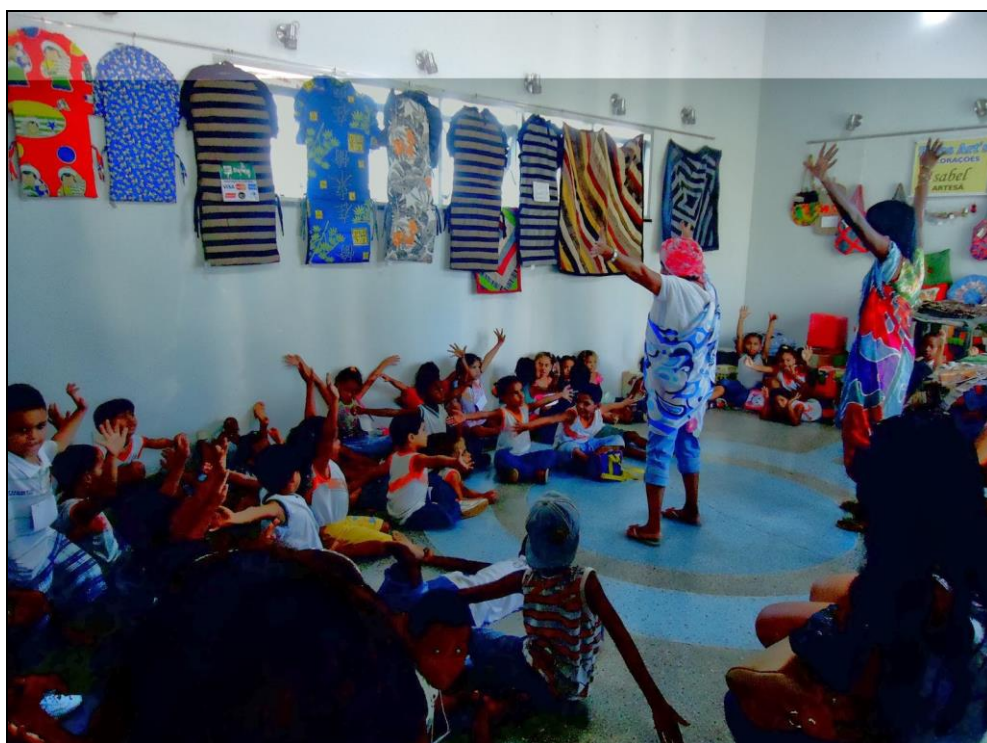
Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.

A autora durante sessão de contação de histórias na cidade de Maruim/SE, na Praça Pública e no Gabinete de Leitura



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.



Fonte: Maria Dulce Santos, 2013.

Roteiro das Entrevistas

Com a Contadora de Histórias

- 01) O que você acha do Projeto “Hora do Conto”?
- 02) Você acha que ele atingiu o propósito, no qual foi destinado quando criado?
- 03) O que falta para melhorar, se é que você acha que precisa melhorar o Projeto “Hora do Conto”?
- 04) Você conta história hoje do mesmo jeito que começou?
- 05) Como contadora de histórias, você acha que ajuda a formar melhores leitores ou melhores ouvintes?
- 06) Você acha que o espaço onde acontece o evento é apropriado?
- 07) As instituições quando procuram a Biblioteca diz o que quer ouvir da contadora ou você já sabe o que vai apresentar?
- 08) Você é formada em Biblioteconomia. Como você se vê bibliotecária contadora de história?
- 09) Você se sente realizada?
- 10) Hoje, você saberia fazer o serviço de um bibliotecário propriamente dito?

Com a Coordenadora de Extensão de Ação Cultural

- 01) Qual sua contribuição enquanto Coordenadora de Extensão de Ação Cultural?
- 02) Além do incentivo à leitura há outras competências que podem ser desenvolvidas pelos participantes do projeto?
- 03) Há uma faixa etária específica para participar do projeto?
- 04) Qual sua formação acadêmica e se sua formação influenciou na execução do projeto?
- 05) Como coordenadora, quais os pontos positivos e negativos do projeto?

Com a Diretora da Biblioteca

- 01) Qual a relevância do projeto hora do conto para a formação de leitores?
- 02) Em que ano surgiu o projeto e quais foram os avanços ocorridos desde a sua implantação na instituição?
- 03) Quais os recursos que são disponibilizados pela instituição para execução deste projeto?
- 04) Qual a sua participação efetiva enquanto gestora da unidade?
- 05) Durante a sua gestão houve dificuldade para execução do projeto? Quais?

Termos de Autorização das Entrevistas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, **IVANY BRAZ DE JESUS OLIVEIRA**, abaixo firmada e identificada, autorizo, graciosamente, à aluna Maria Dulce dos Santos, portadora do RG n.º XXX.XXX – SSP/SE e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Projeto “Hora Do Conto”: um Estudo de Caso Acerca da Ação Cultural Bibliotecária**, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia 10/02/2014, pela aluna Maria Dulce dos Santos e Universidade Federal de Sergipe/Curso de Biblioteconomia e Documentação, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD+ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UFS, conforme expresso na Lei n.º 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, a aluna e a UFS poderão dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 10 de fevereiro de 2014.

Assinatura: _____

Nome: Ivany Braz de Jesus Oliveira

End.: XXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, **MARIA JOSÉ ANDRADE DE JESUS**, abaixo firmada e identificada, autorizo, graciosamente, à aluna Maria Dulce dos Santos, portadora do RG n.º XXX.XXX – SSP/SE e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Projeto “Hora Do Conto”: um Estudo de Caso Acerca da Ação Cultural Bibliotecária**, sem limitação de tempo ou de número de exibições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia 10/02/2014, pela aluna Maria Dulce dos Santos e Universidade Federal de Sergipe/Curso de Biblioteconomia e Documentação, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD+ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exibições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UFS, conforme expresso na Lei n.º 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, a aluna e a UFS poderão dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 10 de fevereiro de 2014.

Assinatura: _____

Nome: Maria José Andrade de Jesus

End.: XXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, eu, **FÁTIMA GÓES**, abaixo firmada e identificada, autorizo, graciosamente, à aluna Maria Dulce dos Santos, portadora do RG n.º XXX.XXX – SSP/SE e CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, a utilizar minha entrevista, a ser veiculada no material em texto desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **Projeto “Hora Do Conto”: um Estudo de Caso Acerca da Ação Cultural Bibliotecária**, sem limitação de tempo ou de número de exposições.

Esta autorização inclui o uso de todo o material criado que contenha a entrevista concedida no dia 10/02/2014, pela aluna Maria Dulce dos Santos e Universidade Federal de Sergipe/Curso de Biblioteconomia e Documentação, da forma que melhor lhe aprouver, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, CD (“compact disc”), CD+ROM, CD-I (“compact-disc” interativo), “home video”, DAT (“digital audio tape”), DVD (“digital video disc”), rádio, radiodifusão, televisão aberta, fechada e por assinatura, bem como sua disseminação via Internet, independentemente do processo de transporte de sinal e suporte material que venha a ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo ou do número de utilizações/exposições, no Brasil e/ou no exterior, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente, ainda que não disponível em território nacional, sendo certo que o material criado destina-se à produção de obra intelectual organizada e de titularidade exclusiva da UFS, conforme expresso na Lei n.º 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais).

Na condição de titular dos direitos patrimoniais de autor da série de que trata o presente, a aluna e a UFS poderão dispor livremente da mesma, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si ou por terceiros por ela autorizados para tais fins.

Para tanto, poderá, a seu único e exclusivo critério, licenciar e/ou ceder a terceiros, no todo ou em parte, no Brasil e/ou no exterior, a título gratuito ou oneroso, seus direitos sobre a mesma, não cabendo a mim qualquer direito e/ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Aracaju, 10 de fevereiro de 2014.

Assinatura: _____

Nome: Fátima Góes

End.: XXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX